

# Diário do Legislativo de 09/09/2008

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

#### 2 - ATAS

2.1 - 43ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda - Pelos 30 Anos de Sua Criação

2.2 - 59ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.3 - Reunião de Comissões

### 3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

### Concurso Público

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2007, comunica o resultado da análise dos recursos contra o resultado final dos concursos publicado no "Minas Gerais - Diário do Legislativo" de 29/8/2008, nos termos dos itens 9.1.1 e 9.6:

INSCR.	NOME	CÓDIGO DO CONCURSO	RESULTADO
776.343	ARIANE ELISA VIANA SANTOS	239	Deferido
741.072	BEATRIZ GOMES CHALFIN FECCI	203	Indeferido
726.322	DANIELA JOHANES RAD FONSECA	239	Deferido
731135	MÁRCIO MIGUELETTO DE	204	Deferido

	ANDRADE		
--	---------	--	--

721.387	SIMONE QUEIROZ DA SILVEIRA	207	Deferido
---------	----------------------------	-----	----------

Em virtude de provimento de recurso contra classificação, nos termos dos itens 9.11 e 9.6 do Edital nº 1/2007, publica-se a nova lista com o resultado final do concurso para as especialidades a seguir relacionadas, tornando-se sem efeito da lista publicada no "Minas Gerais - Diário do Legislativo" de 29/8/2008:

Cargo: 204 – Analista de Sistemas – Área I – Desenvolvimento de Sistemas

INSC.	NOME	CLAS.	TOTAL 1ª ETAPA	TOTAL 2ª ETAPA	TOTAL GERAL
739851	MATHEUS GARCIA BARBOSA DE FIGUEIREDO	1	44,00	93,90	137,90
739820	BERNARDO GIORI AMBROSIO	2	50,00	86,75	136,75
734684	SERGIO MECHELANY VELOSO	3	49,00	79,00	128,00
745527	ARNALDO CAMARA LARA	4	42,00	81,00	123,00
731004	HUDSON DE MARTIM	5	44,00	75,90	119,90
731135	MARCIO MIGUELETTA DE ANDRADE	6	45,00	73,90	118,90
776150	PEDRO AUGUSTO FELIPE MACHADO GAZOLLA	7	44,00	73,90	117,90
781805	ODILON VANNI DE QUEIROZ	8	41,00	75,75	116,75
776584	TIAGO DRUMMOND DE FIGUEIREDO ROSSI	9	41,00	75,55	116,55
752864	FLAVIO ALMEIDA PAOLINELLI DE CASTRO	10	43,00	72,80	115,80
711255	JULIO CESAR E MELO	11	38,00	75,80	113,80

Cargo: 207 - Arquiteto

INSC.	NOME	CLAS.	TOTAL 1ª ETAPA	TOTAL 2ª ETAPA	TOTAL GERAL
715173	MONICA LIMA DE AZEVEDO	1	48,00	106,00	154,00
731267	MARIA LUIZA MEINBERG SCHMIDT DE ANDRADE	2	44,00	107,50	151,50
722280	LUCIANA TASSIS VALE MARTINS	3	46,00	105,00	151,00
729251	ISABELA SBAMPATO BATISTA REIS DE PAULA	4	46,00	103,50	149,50
744518	CARINA RODRIGUES FLORES	5	48,00	99,00	147,00
720149	ROSANE PINHEIRO TOMAZ NUNES	6	44,00	101,50	145,50
721387	SIMONE QUEIROZ DA SILVEIRA	7	45,00	100,50	145,50

743477	CYNTIA AMARAL ROMANO	8	48,00	97,00	145,00
729973	ANA PAULA SOARES	9	43,00	101,00	144,00
713198	ROQUE TADEU DE CASTRO	10	43,00	98,50	141,50
717929	PRISCILA DE OLIVEIRA TAVARES	11	46,00	95,50	141,50
739317	FABIO CHAMON MELO	12	48,00	91,50	139,50
727132	MARIA CRISTINA DE MELO AGUIAR	13	42,00	95,50	137,50
778111	FERNANDA TURCHETTI NOGUEIRA LARA REZENDE	14	44,00	92,50	136,50
722991	GIOVANI DE MORAIS SERRAVITE	15	45,00	91,00	136,00
711745	LILIANA VAN DOORNIK MONTANDON	16	45,00	91,00	136,00
711433	ROBERTA SANDER CANABRAVA	17	50,00	85,50	135,50
786390	SILVANA LAMAS DA MATTA	18	42,00	92,50	134,50
760264	REGINA ANDREA MARTINS	19	36,00	97,00	133,00
713737	LILIAN LUCCHESI DOS SANTOS	20	44,00	89,00	133,00
758690	CHRISTIANE FERREIRA	21	46,00	87,00	133,00
727865	JOAO CLAUDIO FERBER NAVES	22	44,00	86,50	130,50
753889	LIDIANA ANTUNES VELLOSO	23	41,00	89,00	130,00
747995	BARBARA RABELO BECHELANE	24	41,00	88,50	129,50
4199	RAFAELA FONSECA	25	42,00	87,50	129,50
727703	RENATO ALVES MORALEIDA GOMES	26	45,00	84,50	129,50
719957	FABRICIA CUNHA RIBEIRO DO VALLE	27	42,00	84,50	126,50
726736	FABIANO BORGES PEREIRA	28	38,00	88,00	126,00
772784	JULIA BARROS VALADAO	29	40,00	86,00	126,00
6822	MICHELLE COSTA NORONHA	30	41,00	85,00	126,00
764750	MATEUS MOREIRA PONTES	31	40,00	85,00	125,00
756736	VALERIA CRISTINA DINIZ LARA REZENDE	32	45,00	79,50	124,50

759936	ENEIDA SILVEIRA BRETAS	33	41,00	83,00	124,00
740439	DANIELLE SOUTO CANCADO	34	39,00	84,50	123,50
749399	ADRIANO CONDE VITOR	35	41,00	81,50	122,50
731985	ANDRE LUIS CRISPIM COSTA	36	40,00	82,00	122,00
777020	CRISTIANE RODRIGUES DA MATA	37	40,00	80,00	120,00
730881	JULIANA SILVA NEPOMUCENO	38	40,00	80,00	120,00
780668	WEBBERT SOARES CALDEIRA	39	41,00	78,50	119,50
718883	FERNANDO AUGUSTO REZENDE CASTRO	40	41,00	78,00	119,00
715081	LUCIANA CARNEIRO DE MORAIS STUBBS	41	37,00	81,00	118,00
746953	RUBIA CECILIA AUGUSTA FRANCISCO	42	43,00	75,00	118,00
715128	SUZANA DO NASCIMENTO SOUTO	43	38,00	77,50	115,50
734764	CLAUDIA ROTHEIA SANT ANNA FILIPIN	44	39,00	76,00	115,00
721980	FLAVIO SANTOS NEVES	45	37,00	77,00	114,00
745592	TATIANA DE SOUZA MONTEIRO DE BARROS	46	38,00	76,00	114,00
743850	MARIA CRISTINA HARMENDANI TRIVELLATO	47	38,00	75,00	113,00
757514	CAMILE CINTIA PEREIRA MARTINS	48	37,00	72,00	109,00

Cargo: 239 – Relações Públicas

INSC.	NOME	CLAS.	TOTAL 1ª ETAPA	TOTAL 2ª ETAPA	TOTAL GERAL
747378	RENNAN LANNA MARTINS MAFRA	1	49,00	88,50	137,50
723727	GERALDO FRANCES FONSECA VAZ	2	46,00	85,50	131,50
754136	GUILHERME NIFFINEGGER CHARTONE DE SOUZA	3	43,00	88,00	131,00
752337	FREDERICO DA CRUZ VIEIRA DE SOUZA	4	43,00	85,00	128,00
757465	ROBERTA LESSA AMARAL YAMAMOTO	5	49,00	75,00	124,00

712552	REGINA APARECIDA HENRIQUES DE MORAES	6	45,00	75,50	120,50
776343	ARIANE ELISA VIANA SANTOS	7	45,00	75,00	120,00
743587	KENIA CRISTINA FERNANDES FREIRE	8	47,00	72,50	119,50
741935	CLARICE LEANDRO THERROR FERES	9	41,00	77,00	118,00
726322	DANIELA JOHANNES RAD FONSECA	10	43,00	75,00	118,00
713548	FREDERICO FONSECA DE ALMEIDA	11	42,00	73,50	115,50

### ATAS

ATA DA 43ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/9/2008

Presidência do Deputado Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras da Sra. Maria Dalce Ricas - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Vice-Governador do Estado - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Tiago Ulisses - Fábio Avelar - Lafayette de Andrada.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Lafayette de Andrada) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Tiago Ulisses, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado; a Exma. Sra. Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; e os Exmos. Srs. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; José Cláudio Junqueira, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -; Márcio Gomes Carneiro, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais - SMEF -; Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais - Sindaçúcar-MG - e do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais - Siamig -; Ricardo Castilho, Assessor da Presidência do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindiextra -, representando o Sindicato; e Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. e das Exmas. Sras.: Getúlio Gontijo de Amorim, Assessor Parlamentar do Instituto Estadual de Florestas; Paulo Romano, Secretário Adjunto de Estado da Secretaria de Agricultura; Luiz Augusto Almeida, Superintendente da Cemig; Geraldo Fausto da Silva, Vice-Diretor-Geral do IEF; Georgiana de Sá, jornalista da Amda; Shelley Carneiro, Secretário Adjunto de Meio Ambiente; Cap. Márcio Borges Senna, da Diretoria de Meio Ambiente - DMAT -; Patrícia Boson, Conselheira do Conama e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Maria do Carmo Brandão Teixeira, Presidente do Conselho Federal de Biologia; Fernando Torres, Diretor da Fundação de Parques Municipais - FPM -; Cássia Cinque, Gerente de Comunicação da Vale; Ronaldo Gusmão, Diretor do Ietec; Márcia Valadares França, Diretora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; e Wagner Soares Costa, Gerente de Meio Ambiente da Fiemg; Celso Castilho, ex-Secretário de Meio Ambiente e Presidente do Consórcio Capim Branco Energia; Francisco Mourão Vasconcelos, Conselheiro da Amda; Miguel Andrade, Coordenador do Curso de Biologia da PUC Minas; e Hiran Firmino, jornalista do "JB Ecológico".

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda - pelos 30 anos de sua criação.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando a gravação do Coral da Assembléia, sob a regência do maestro

Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Fábio Avelar

Boa-noite a todas e a todos. Queria, inicialmente, cumprimentar o Exmo. Sr. Deputado Lafayette de Andrada, aqui representando o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; o Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais; a Sra. Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; o Exmo. Sr. José Cláudio Junqueira, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam; Srs. Márcio Gomes Carneiro, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais; Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindaúcar-MG e Siamig; e Ricardo Castilho, Assessor da Presidência do Sindixtra, representando, neste momento, o Dr. Fernando Coura, Presidente desse Sindicato; meus amigos e minhas amigas, senhores da imprensa, telespectadores da TV Assembléia, meus senhores e minhas senhoras, com grande satisfação, estamos aqui reunidos para homenagear a Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda - neste ano em que comemora 30 anos de sua fundação.

Para mim, autor do requerimento que deu origem a esta comemoração, é motivo de contentamento ver reconhecido, mais uma vez, o mérito dessa entidade, que, ao longo de todos esses anos, vem prestando valiosos serviços à sociedade mineira e brasileira. Por isso mesmo, entendo ser importante agradecer, neste momento, a todos os meus colegas Deputados o apoio na aprovação deste requerimento. Nada mais justo, pois estamos tratando de uma associação que trabalha pela vida, como bem explica a sua missão institucional, cujo teor é claro em seu enunciado, afirmando que a missão da Amda é a de "contribuir para a promoção da qualidade, a sustentabilidade ambiental e a preservação de ambientes naturais, por meio da influência em políticas públicas e atividades privadas, mobilização da sociedade, alianças e parcerias".

Para reavivar a nossa memória, farei um breve histórico da nossa querida Amda. Fundada em 1978, a Associação nasceu sob a inspiração de um grupo de estudantes da UFMG, que, reunido, interessou-se em discutir um tema ainda não definido como de interesse da maioria da sociedade. O tema escolhido foi "Meio ambiente". Esse foi o embrião da Amda.

Na primeira fase de sua atuação, a Associação teve, aliás, dificuldades de confronto com diversos órgãos, pois os ambientalistas eram percebidos como românticos e excêntricos ou inimigos do governo. Naquela época, não havia preocupação da maioria dos empresários em relação ao meio ambiente e a poluição era vista como marca do progresso. A Amda e outros movimentos ambientalistas tiveram, então, de adotar uma atitude radical em suas opiniões e ações, a fim de combater com a mesma intensidade aqueles segmentos empresariais que só enxergavam o lucro, sem interesse pela preservação ambiental.

Numa segunda fase, a Amda e os ambientalistas assumem uma nova posição, abandonando a atitude radical, promovendo uma aproximação com o setor empresarial por meio do diálogo e da atuação conjunta. Desta forma, os poluidores tiveram de incorporar ao elenco de suas atividades a questão ambiental, uma exigência da legislação, da sociedade e dos movimentos ambientalistas. A trajetória institucional da Amda teve também as suas fases de dificuldade, em decorrência, sobretudo, do pequeno poder econômico, da vigilância pelos órgãos de repressão na fase inicial de atividades e da inexistência da sede em alguns períodos. Apesar disso, a entidade nunca deixou de participar de momentos importantes do setor ambiental, apresentando denúncias e reivindicações, promovendo manifestações, debates, encontros e reuniões. Em razão de tudo isso, a Amda é uma entidade essencial no que se refere à defesa do ambiente.

Os seus valores são permanentes e têm tudo a ver com a conciliação entre a proteção ambiental e as atividades econômicas: respeito à biodiversidade, independência político-partidária, defesa do bem comum e consumo consciente são pilares que sustentam o pensamento e as ações da Associação.

Entre as diversas lutas levadas a efeito pela Amda, destacam-se: campanha em defesa da Amazônia; campanha contra o acordo nuclear Brasil e Alemanha; luta contra o Projeto Jaíba; revisão da lei florestal de Minas Gerais; revisão do processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais; luta contra a poluição e o consumo ilegal de carvão por indústrias siderúrgicas; defesa do Parque Estadual do Rio Doce; revisão do processo de gestão das bacias hidrográficas urbanas, propondo o fim das canalizações e a criação de parques lineares; implantação e revisão da legislação, incluindo a construção de rodovias como passíveis de licenciamento ambiental; implantação e consolidação da APA-Sul; luta contra o desmatamento no Estado; luta contra as atividades minerárias insustentáveis; criação do Fórum de ONGs; luta contra a transposição do Rio São Francisco; e divulgação da lista suja.

Maria Dalce, quantas vezes nós brigamos contra isso ainda na Copasa. Graças a ela, procuramos mudar a nossa postura. Quero, nesta oportunidade, manifestar a minha admiração e o meu respeito pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente. Expresso os meus cumprimentos à nossa Superintendente Executiva Maria Dalce Ricas, extensivos aos membros dos Conselhos que integram a Amda.

Maria Dalce, neste momento, em nome da Assembléia Legislativa, agradeço a sua constante presença em nossas audiências, fóruns técnicos e seminários, prestando sempre uma importante contribuição às nossas atividades nesta Casa. Neste momento, comemoro os 30 anos da Amda com uma satisfação ainda maior, pois, durante todos esses anos em que militei na área do saneamento e do meio ambiente, sou testemunha do trabalho, das dificuldades e das incompreensões que tem enfrentado. Hoje verificamos que a Amda é uma instituição cada vez mais forte e mais respeitada por todos nós e que é uma grande parceira desta Casa. Maria Dalce, gostaria de registrar os meus parabéns pelos 30 anos da Amda, com votos de contínuas realizações. Parabéns a você e a toda a sua equipe. Muito obrigado!

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos a todos para assistir a um vídeo institucional da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Lafayette de Andrada, que neste ato representa o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega à Sra. Maria Dalce Ricas de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Muito antes de a preservação ambiental mobilizar consciências em todo o Brasil, nascia, em 1978, a Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, com o objetivo de promover a sustentabilidade do ambiente e a proteção da natureza. Trinta anos depois, essa organização se destaca como uma das entidades mais atuantes na luta pela conciliação entre a preservação ambiental e a prática de atividades econômicas necessárias ao progresso da humanidade, não só no Estado, mas em todo o País. À Amda, a mais sincera e justa homenagem do Parlamento e do povo mineiros".

O Deputado Lafayette de Andrada convida a participar da entrega da placa o Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a

esta homenagem, e o Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia. Para tanto, solicitamos-lhes a gentileza de se posicionarem no local indicado pelo Cerimonial.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Maria Dalce Ricas

Boa-noite para todos. Hoje vou seguir o protocolo e mencionar o nome de cada componente da Mesa: Deputado Lafayette de Andrada; Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado; José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; José Cláudio Junqueira, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -; Márcio Gomes Carneiro, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais; Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindaucar-MG e Siamig; Ricardo Castilho, Assessor da Presidência do Sindiextra; e Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Nesses 30 anos de existência, a Amda passou por muitas situações, algumas engraçadas e outras quase trágicas. Quando começamos a fundar a Amda, na Faculdade de Ciências Econômicas, foi muito engraçado, porque havia o movimento estudantil e os nossos pares, os nossos amigos desse movimento olhavam para nós, para mim, para o Leonardo, para o Leonardo Fares Menhem e para o Paulo Roberto Bretas com um olhar carinhoso de deboche, pois, naquela época, ainda se acreditava que a prioridade era se fazer uma revolução socialista no País. Para eles, estávamos nos desviando desse ideal, porque já começávamos a pensar numa luta em que ninguém pensava, que era a defesa do meio ambiente. Ainda predominava essa idéia romântica e simplória de que a revolução resolveria todas as desigualdades econômicas, todo o princípio da violência na sociedade, fazendo do mundo um verdadeiro paraíso. A história mostrou que as coisas não eram tão simples assim, visto que caiu o socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, na Rússia, e a China abriu a sua economia ao sistema capitalista mundial. Uma das notícias advindas desses dois fatos, no que se refere à irresponsabilidade na proteção dos recursos naturais, foi que o socialismo e o capitalismo eram iguais. Isso destruiu muitos sonhos daqueles que ainda acreditavam que lá estavam os regimes, os modelos socioeconômicos capazes de resolver os problemas do mundo.

Como diziam os Titãs - a Bete me corrigiu porque pensava que era o Cazuzu: "A gente não quer só comida". Nós, seres humanos, queremos carros chiques e apartamentos mais chiques ainda. No meu caso, é diferente, mas muitas pessoas querem isto: roupa chique, apartamentos maravilhosos, viajar pelo mundo inteiro, etc. Até os índios, que são idilicamente retratados por algum setor da nossa sociedade como sendo aqueles que convivem harmonicamente com a natureza e que respeitam os recursos naturais da melhor forma possível, não resistem ao fetichismo. Quando começamos a fazer aquele famoso contato para ligá-los à civilização, eles se renderam ao álcool e a todas as outras mazelas da nossa sociedade e acabaram por se desmoroar enquanto civilização. Partindo desse entendimento, começamos a discutir a Amda. Era engraçado, porque, se a chamada esquerda da época nos olhava com ar de desconfiada e nos achava reformista, a direita também não gostava de nós, muito menos os militares, que nos chamavam de verde-melancia. Verde por fora e vermelho por dentro, já que vermelho era a cor do comunismo no mundo. Naquela época, qualquer mobilização era vista com desconfiança e preocupação pelo regime militar, principalmente uma entidade como a Amda, em que, entre seus fundadores, havia uma ex-hóspede do regime militar: eu. Então a Amda sempre estava sob a mira da polícia. A nossa primeira sede foi na Rua da Bahia, 580, debaixo do Viaduto da Itambé, que foi gentilmente cedida pela Bandeirantes, uma organização semelhante aos escoteiros - nem sei se ainda existe -, com a qual compartilhávamos aquele espaço. Certo dia, quando cheguei lá no final da tarde para abrir a sede, dei de cara com dois policiais federais me esperando. Queriam que eu abrisse a sede para revistarem-na, a fim de saber se lá havia cadernos subversivos que estimulassem a greve no Estado. Por coincidência, eu estava sem a chave. Então me disseram que, se não abrisse, teria de ir com eles. Enquanto discutíamos se ia ou não, chegou a Lourdes, uma advogada e militante da Amda na época, e ela disse para eles que eu não iria. Chegamos então a um acordo. Telefonamos para outro membro da Amda, o Paulo, que levou a chave. Abrimos a sede, chamamos um jornalista para ser testemunha e os policiais revistaram a sede e não encontraram os tais cadernos subversivos. Foram até muito educados e não fizeram nenhuma bagunça.

O nosso segundo endereço foi na Floresta, numa rua de cujo nome não me recordo. Era uma casa velha, espaçosa, onde juntávamos jornal velho para vender e arrecadar recursos. Durante muito tempo, sobrevivemos assim. Como disse o Deputado Fábio Avelar, o nosso início foi marcado por duas grandes campanhas: Nuclear Não e Defesa da Amazônia. Na campanha Defesa da Amazônia, a Amda foi a entidade mais atuante do País. Com a colaboração do Clube Mineiro da Criação e do Lord, um chargista muito famoso na época, fizemos milhares de cartazes, adesivos e revistas, e mandamos para todo o País. Só que ninguém pagou. Então, durante muito tempo, ficamos vendendo adesivos no semáforo da Praça ABC, a fim de conseguir recursos para pagar a dívida. E conseguimos pagá-la. Naquela época, não era tão chato vender coisa no sinal, porque quase ninguém fazia isso.

Na campanha Nuclear Não, tivemos outro desencontro com a repressão. Pintamos a Terra numa grande bola e alguns de nossos militantes vestiram-se de caveira e saíram pelas ruas da Savassi jogando a Terra, como se fosse a morte brincando com a vida. A polícia não demorou a aparecer e deu-nos um ultimato: "Ou param com essa manifestação, ou serão presos". É claro que paramos, porque ninguém queria ir em cana.

Tivemos também embates memoráveis no Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, que realmente é a maior escola de ecopolítica em Minas Gerais. Foi nesse espaço que ocorreu a aproximação entre os setores públicos, privados e ONGs, iniciando aí diálogos e entendimentos, muitas vezes marcados por profundos conflitos e até brigas. Algumas delas quase físicas, mas nunca chegamos às vias de fato.

O meio ambiente sofreu muitas derrotas, mas conseguiu algumas vitórias. Penso que a grande contribuição da Amda no Copam e de outros setores foi incorporar, definitivamente, a agenda ambiental na discussão de políticas públicas e privadas.

Também tivemos alguns episódios ruins, como algumas campanhas contra a Amda. E uma delas foi bastante séria, durou muitos dias e me deixou muito chateada, porque foi feita com base em inverdades e outras acusações. Nessa época, aconteceu um fato que me emocionou muito, e olha que geralmente não fico emocionada em público. A Abes estava promovendo um evento no auditório do Crea, que estava lotado, e, quando cheguei, recebi uma salva de palmas que me deixou com a alma lavada. Realmente esse acontecimento marcou a história da Amda.

Outro fato que marca esses acontecimentos da Amda foi quando denunciemos um grande desmatamento numa das fazendas do ex-Governador Newton Cardoso.

Fomos chamados à delegacia pela Polícia Civil, a fim de prestar esclarecimentos sobre uma ameaça velada de abrir inquérito público civil para apurar as calúnias. O resultado foi uma das primeiras ações de êxito do Ministério Público. O Dr. Renato Topan, à época Promotor do Meio Ambiente, aceitou uma representação da Amda e ganhou essa ação, determinando que fossem incorporados alguns milhares de hectares ao Parque Estadual Veredas do Peruçu, próximo a essa fazenda.

Outra coisa importante, mencionada pelo Deputado Fábio Avelar, é a luta contra o Projeto Jaíba, que sempre consideramos megalomaniaco, dissociado de princípios de desenvolvimento social. Sem querer ser pretensiosa, posso afirmar que o que restou da mata seca no Norte de Minas foi graças à luta da Amda, que não foi fácil. Durante essa luta, muitas vezes quase saímos no tapa com o pessoal da Codevasf.

Seria muita pretensão da minha parte, e da parte da Amda, dizer que as mudanças ocorridas na área ambiental devem-se somente à atuação da Amda. Muito pelo contrário, vejo neste auditório representantes de outras instituições e pessoas que tiveram papel fundamental. Alguns



deles fazem parte da Mesa: José Carlos Carvalho, Antonio Augusto Anastasia, José Cláudio e Fábio Avelar também fizeram parte dessa história. É com satisfação que podemos afirmar que a Amda muito contribuiu para essa história.

As mudanças ocorridas ainda estão muito aquém do que gostaríamos e do que é necessário para revertermos a situação de risco apresentada pelo efeito estufa, resultante das atividades humanas. Na verdade, enquanto não conseguirmos controlar o crescimento da população, enfrentando instituições arcaicas, míopes, que vivem de falsos dilemas e de mentiras no que se refere à questão do crescimento populacional ilimitado, enquanto o consumo for o nosso deus, não conseguiremos resolver essa situação. Porém, quando vejo um auditório repleto de pessoas que se interessam pela causa ambiental, que são militantes, tenho fé em que o ser humano, usando a mesma característica que lhe permitiu chegar a essa situação de risco, que é a inteligência, também pode utilizá-la para reverter essa situação.

Tentamos convidar todos os que participaram da história da Amda - pelo lado positivo, é claro. Tenho certeza de que não conseguimos lembrar de todos. Lembramos de alguns, mas não conseguimos encontrá-los. Pedimos desculpas.

Por muito mais que educação ou protocolo, repito que a história da Amda foi feita por pessoas. Esta homenagem é para todas elas. Temos de manifestar nossa satisfação e alegria pela presença de todos vocês. À Arcelor Mittal, nas pessoas de José Otávio, Fídias, João Bosco e Odillon; à Cenibra, nas pessoas de Rivelli e Helder; à Plantar, nas pessoas de Geraldo Moura e Tarcizo; à Bungue Fertilizantes, nas pessoas de Ricardo Oliveira e Gerê, que veio de Araxá; à CBMM, nas pessoas do Bruno e do Ernani Vital, que veio representar a empresa; à Alcoa, representada pelo João Batista, que veio de São Paulo com toda a sua equipe para participar desta homenagem; ao Júlio, que não está aqui, e ao José Geraldo; à Samarco, na pessoa do Rodrigo, um dos depoentes em nosso vídeo, e ao Hélio; à Votorantim Metais, nas pessoas de Cristina, Débora e Fregadolli; à Novellis, na pessoa do Caio Vieira; à RPM-Kinross, nas pessoas de Valéria, aqui presente, Luiz Alberto e Vítor, agradecemos o apoio, o diálogo constante e o patrocínio a esta festa. Outras empresas com as quais mantemos diálogo também merecem ser citadas, como a Anglo Ferro, aqui representada pelo Luiz Carlos Gonzales; a V&M Florestal, representada pelo Claret; a Usina Cururipe. O Júnior chegou? Está chegando. Pena. O Júnior é um dos proprietários da Usina Cururipe. Quem ouviu o Júnior falar e não o conhece pensa que é um ambientalista quase xiita.

Lembro também os aplausos à equipe da Amda: Cristina, Elen, Edith, Ariella, Alisson, Dagmar, Lívia, Luísa, Lígia, Miguel, Mônica e especialmente a Bete, que ralou muito para organizar esta solenidade. Muito obrigada, Betinha. Não precisa ficar com vergonha. Ela está lá atrás.

Também agradecemos aos Conselheiros da Amda, que doam tempo à entidade; Ronaldo Gusmão, Marcelo Freitas, Fídias de Miranda, Cleinis de Faria, Willer Pós, que me telefonou da África do Sul para dar os parabéns pelos 30 anos da Amda e pelos meus 40 anos - fundei a Amda com 10 anos.

Francisco Mourão, Carlos Von Sperling, Gilberto Caldeira, Fernando Leite, José Cláudio, Eliane Nunes, Maurício Boratto, Mariane Garcia, Gustavo Pedersoli. Homenagem especial aos fundadores aqui presentes: Meire Silva Pena, João Maurício Goulart, conseguimos localizá-los e trazê-los para esta festa. Agradecemos a todos nossos fiéis associados, que sempre acompanharam a Amda, e à equipe da Assembléia, que deu a maior força para organizar esta festa. Aos nossos amigos e companheiros da Semad, do IEF, da Feam e do Igam, que aqui comparecem, ratificando uma história de atuação conjunta, marcada por entendimento, às vezes conflitos, mas sempre com resultados positivos. Outras instituições governamentais, como a Vice-Governadoria, representada tanto pelo ilustre Vice-Governador do Estado quanto por Adriano Magalhães. Se não estou enganada, outras ONGs estão presentes, como a Fundação SOS Mata Atlântica; o Adalto está aqui, representando-a. Muito obrigada, Adalto. Nossa querida Alice, que veio de Teófilo Otôni para esta reunião. Fernando Torres, Márcia e Maeli, da Abis, muito obrigada. Patrícia Boson também está aqui. Espero não haver esquecido ninguém.

Concluindo meu pronunciamento, Deputado Fábio, muito obrigada a você e aos Deputados que assinaram esse requerimento. Muito obrigada a nosso amigo e companheiro José Carlos Carvalho e ao nosso competente e franco Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia, que nos honram nesta solenidade.

Na saída, distribuiremos um brinde ecológico a todos, para ajudar as pessoas a consumirem menos sacolas plásticas. No saguão, onde será o coquetel, por deferimento da Assembléia Legislativa, haverá um som e convidaremos algumas pessoas para falar informalmente sobre a Amda. Obrigada.

#### Palavras do Sr. Presidente

Prof. Antonio Augusto Junho Anastasia, Exmo. Vice-Governador do Estado de Minas Gerais; Sra. Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; Exmo. Sr. Fábio Avelar, nobre e competente Deputado, trabalhador, respeitado colega, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Dr. José Carlos Carvalho, eminente Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Sr. José Cláudio Junqueira, Presidente da Feam; Sr. Márcio Gomes Carneiro, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais; Sr. Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindaçucar-MG e Siamig; Sr. Ricardo Castilho, assessor da Presidência do Sindixtra, representando o Sindicato, minhas senhoras e meus senhores, os 30 anos de atuação da Amda, influenciando políticas públicas e atividades privadas, numa mobilização constante de nossa sociedade, têm, sobretudo, facilitado a conciliação da preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social. Uma das organizações da sociedade civil mais conhecida em todo o Estado, a Amda, apartidária e sem fins lucrativos, vem mudando mentalidades, ao conscientizar empresas e cidadãos para as boas práticas de respeito ao meio ambiente. Esta luta pertence também à Assembléia Legislativa mineira, que, além de contar com uma atuante Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, vem discutindo, em importantes fóruns e seminários, com a fundamental participação de toda a sociedade, não apenas o problema hídrico de Minas Gerais mas também nossa política minerária.

A formulação de leis que expressam esta preocupação com a degradação dos recursos naturais leva à grande oportunidade de criação, em Minas Gerais, de um modelo de desenvolvimento para todo o mundo globalizado, gerando uma produtiva história de parceria e sustentabilidade entre o governo e as empresas. Em nome da sobrevivência das futuras gerações, temos o desafio de reduzir o consumo de fontes naturais, encontrando outras que poluam menos o meio ambiente e adotando formas de reciclar ou reutilizar os recursos. O tema do desenvolvimento sustentável não pode mais ser separado de outros assuntos que permeiam os programas de governo. Não se pode, por exemplo, falar de turismo, saúde pública, política agrária ou transporte sem entrar no tema ambiental. Se a defesa do meio ambiente tem hoje, em nosso Estado, o espaço e a atenção que merece, devemos agradecer o alerta pioneiro da Amda. Na pessoa de sua Superintendente Maria Dalce Ricas, cumprimos cada um de seus integrantes, todos eles militantes altamente respeitados por sua contribuição à causa ambientalista. O resultado da soma dos esforços de políticos e ambientalistas nos faz acreditar que seja uma realidade possível, e não um delírio de idealistas, a reversão da condição climática do planeta. É missão e dever de todos os legisladores e agentes públicos proteger, recuperar e poupar nosso meio ambiente. Para garantir a continuidade da vida e recuperar a confiança no futuro, outro compromisso não resta à humanidade senão o engajamento definitivo - na trilha do bom exemplo da Amda - na causa do desenvolvimento sustentável. Muito obrigado.

#### Palavras do Vice-Governador do Estado

Boa noite, senhoras e senhores. Exmo. Sr. Deputado Lafayette de Andrada, que preside esta Mesa; Exmo. Deputado Fábio Avelar, autor desta merecida homenagem; minha cara Maria Dalce, que recebe, em nome da Amda, esta noite memorável do 30º aniversário da instituição; caro

Secretário de Estado José Carlos Carvalho, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa. Cumprimento igualmente as autoridades e os convidados da Amda. Em primeiro lugar, não era prevista a minha palavra, mas quem resiste a uma determinação da Maria Dalce? Então, por sua ordem, aqui estou para cumprimentar, mas serei muito célere. Gostaria não de reiterar o que disse o Deputado Fábio Avelar, com todo o brilho e demonstrando a importância, a relevância da luta ambiental e o pioneirismo da Amda de 30 anos atrás, reforçados agora pelas palavras sábias do nosso Deputado Lafayette de Andrada; pelo vídeo a que assistimos e que demonstrou, de fato, todo o empenho, denodo e competência dessa instituição, que comemora seus 30 anos de existência; e pelas próprias palavras da Maria Dalce, nesse depoimento típico dela, com coração à larga, demonstrando suas histórias e as do movimento ambiental, em Minas Gerais, seus pontos cômicos e tristes e seus momentos de glória e frustração, próprios da vida das instituições. Permito-me aqui cingir esse meu pronunciamento em uma homenagem à Amda, mas especialmente à sua Diretora-Superintendente. Por que motivo? Em todas as grandes lutas e ideais que temos na humanidade, em todos os segmentos, em todas as searas e em todos os setores, esses ideais são lastreados nas lutas dos indivíduos, das pessoas, de nós todos. Se não aquele que toma à mão aquela tocha, aquele empenho, aquela verdadeira dedicação, aquele movimento certamente irá soçobrar, claudicar e não terá êxito. A história da Amda foi feita por muitos - vimos as fotos e o documentário - e também pela liderança da nossa estimada Maria Dalce. Nesses 30 anos, sou testemunha há quase 20 anos, desde os tempos em que atuava no governo Hélio Garcia, no início da década de 90, do empenho extraordinário que Maria Dalce, à frente da Amda, com seus colegas e companheiros, sempre com esse labor infundável, pelo desenvolvimento sustentável. De fato, com essa conjugação que se mostrou tão importante: preservação e necessidade do progresso. O mais importante, porém, permitindo e garantindo às futuras gerações o nosso legado. Ela citou aqui a mata seca. Lembro perfeitamente que a primeira visita que fiz ao Jaíba, há 15 anos, foi com ela, que foi me convencer e mostrar como era a mata seca. Lembro-me de falar com ela: "Maria Dalce, esse lado é tão verdinho, mas o outro lado de cá está seco". E ela me disse; "Mas a mata seca é exatamente isso". E ela me ensinava "in loco" o que significava aquela conservação. É desse entusiasmo, dessa força motriz, que precisamos todos em todas as áreas. Na área ambiental, em Minas Gerais, felizmente, a Amda apresenta esse trabalho tão importante e relevante.

Desse modo, gostaria de testemunhar e registrar o nosso aplauso, o aplauso do governo de Minas Gerais. Tenho certeza de que estou falando em nome do Secretário José Carlos Carvalho, outro verdadeiro ícone do movimento ambientalista de todo o Brasil, que honra o governo de Minas com o seu labor e seu esforço. Quero cumprimentá-la, Maria Dalce, pelo seu pessoal empenho, pela sua articulação e pelo seu esforço. Observo, nesses 30 anos, a evolução, o amadurecimento, a maturidade dos serviços prestados pela Amda a Minas Gerais e ao Brasil. Tenho certeza de que muito haverá ainda por vir sob sua liderança, na qual todos nos engajamos, para o nosso futuro, que certamente será bem melhor que aquele que temos hoje. Meus parabéns. Obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 8, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/9/2008

#### Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515; discursos dos Deputados Carlin Moura e Weliton Prado; questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Weliton Prado, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do ensino médio da Escola Estadual Aurino Moraes, do Vale do Jatobá. É uma alegria muito grande recebê-los, tenham uma boa estada nesta Assembléia.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto e serviço. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Continua em discussão o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Carlin Moura, que ainda dispõe de 44min20s.

O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, um cumprimento muito especial aos alunos da Escola Estadual Alvíno Moraes, da região do Barreiro, essa importante juventude que está aí no exercício da sua cidadania. Senhoras e senhores, jovens especialmente, estamos discutindo aqui um veto oposto pelo Governador do Estado a um projeto de lei de autoria do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe os restaurantes, bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres de praticar a obrigatoriedade de consumação mínima e dá outras providências.

O que é um veto? O Deputado apresenta um projeto, que passa pelas comissões permanentes da Casa, ele é votado em 1º e 2º turnos e, para tornar-se lei, depende da sanção do Governador do Estado. Se o Governador do Estado não concordar, ele o veta, e o projeto não se torna lei. O veto vem novamente para esta Casa, para que os Deputados e Deputadas confirmem se deve ou não tornar-se lei. Acompanhem o raciocínio. Estamos fazendo a discussão do veto, e estou defendendo a sua derrubada. O projeto que estamos discutindo pretende proibir a cobrança da chamada consumação mínima nos restaurantes, bares, casas noturnas e estabelecimentos similares do Estado de Minas Gerais. Conforme consta na justificativa da proposta, o valor exigido, a título de consumação mínima, tem característica de venda casada, sendo abusivo e ilegal. A Comissão de Constituição e Justiça da Casa, ao apreciar o projeto, diz que a seu autor, o ilustre Deputado Leonardo Moreira, ao apresentar a sugestão, assiste razão pois a imposição de um gasto em valor previamente estabelecido para que o consumidor tenha acesso às dependências do estabelecimento comercial não se mostra razoável e deve ser objeto de regulamentação, conforme a pretensão do Deputado. Ou seja, para se entrar numa casa noturna, numa boate, num bar, tem-se que, previamente, pagar um valor sem saber se se vai consumir o equivalente àquele valor. Essa prática se mostra inadequada. Embora a Lei nº 8.078, de 11/9/90, que é o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, considere abusiva a venda casada e assegure a liberdade de escolha do consumidor, notadamente, no que diz respeito aos limites e às quantidades do produto ou serviço que pretende adquirir, não existe norma específica disposta sobre a consumação mínima, conforme já ocorre em outras unidades da Federação. A competência para legislar sobre a proteção ao consumidor pertence tanto à União quanto ao Distrito Federal e aos Estados, conforme se evidencia no art. 24 da Constituição da República. O Estado exerce, no caso em análise, a competência residual, uma vez que procura disciplinar com absoluta clareza os preceitos constantes.

Portanto, a Comissão de Constituição e Justiça entendeu perfeitamente plausível a proposta de acordo com os princípios constitucionais. Posteriormente, o projeto foi para parecer da Comissão de Defesa do Consumidor e Contribuinte que falou que a cobrança de consumação mínima obriga os consumidores a pagarem uma taxa determinada pelo estabelecimento, mesmo que nada venham a consumir. Com isso, muito desejosos de não perder dinheiro são incitados a consumir e acabam por optar, muitas vezes, pelo consumo de bebidas alcoólicas, o que pode acarretar embriaguez e acidente.

Tal cobrança é ilícita nos termos do Código de Defesa do Consumidor e nos termos do Decreto nº 2.181/1997, do governo federal, e estabelece que é vedado ao fornecedor condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou de serviço, bem como se justa a causa, a limites e quantidades. Em que pese ao fato de ser considerada abusiva pelo referido código, essa prática é adotada nas casas noturnas de quase todo o País. Conforme foi mencionado pela Comissão de Defesa do Consumidor, algumas unidades da Federação já conseguiram orientar a solução do problema por meio de adição de normas, como é o caso do Município de Recife e do Estado de São Paulo, que promulgaram a Lei Municipal nº 16.705/2001, e a Lei Estadual nº 11.886/2005. A Comissão de Defesa do Consumidor considera conveniente e oportuno que o Estado de Minas Gerais adote a mesma medida uma vez que a cobrança de consumação mínima viola um dos princípios básicos das relações de consumo, que consiste na consideração dos interesses do consumidor.

Portanto, a Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto. E o projeto veio à Casa, em 1º e 2º turnos, e foi aprovado.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Carlin Moura, essa discussão é importante pois, desde que o Plano Real foi inaugurado e começou a dar certo, vários preços caíram e várias modalidades de remuneração foram negociadas. Quer queira, quer não, a consumação e a gorjeta fazem parte de um pacote de remuneração. Tenho uma preocupação particular em relação a isso, porque faz parte de um pacote de remuneração sem controle fiscal e sem controle em relação ao direito trabalhista do valor auferido. Não há como controlar isso. Em grande parte das vezes, a consumação e a gorjeta não aparecem no fechamento da nota. Em outras palavras, não é contabilizada e não atua no resultado prático da indenização para o trabalhador que a recebe. Isso cria uma remuneração paralela.

Ainda que não se extinga de vez essa prática, que ela fosse revista sob dois pontos de vista: de seu montante e da internalização do valor na legalidade. O consumidor já é muito penalizado e arca também com o custo de manutenção daquele funcionário que deveria ser bancado pelo estabelecimento. Sabemos que o resultado decorrente desse tipo de operação é muito maior que o salário, mas não é agregado em favor do trabalhador. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura\* - Agradeço as palavras do ilustre Deputado Vanderlei Miranda. V. Exa. aborda um aspecto importante, que não se pode degradar a remuneração do trabalho, aquela que integra o salário para todos os efeitos legais, como para o pagamento de 13º salário, férias e recolhimento para o fundo de garantia. Isso deve ser garantido na remuneração do trabalhador. Não sou contrário à gorjeta, desde que ela seja facultativa. Sou muito adepto a deixá-la aos garçons que prestam bons serviços. Faço questão de, quando bem-atendido, fornecer, facultativamente, a gorjeta aos garçons, uma categoria que merece todo nosso respeito e consideração.

Para a juventude entender, o Governador do Estado, ao vetar o projeto, não quer que vire lei. Ele diz que, se a proposição for transformada em lei, atingirá com efeitos negativos outras categorias de fornecedores que não aqueles que justificaram o projeto. Por exemplo, fornecedores de serviços de energia elétrica, água, planos de saúde, para os quais a fixação de consumo mínimo é adequada e legal.

Entendo que o Governador do Estado, por meio de sua assessoria, da Procuradoria ou da Advocacia-Geral do Município ou do Estado - não sei quem fez o parecer - cometeu um pequeno equívoco. A relação do consumo mínimo definido para os serviços de energia elétrica, água e plano de saúde é regulamentada por lei específica, que não sofrerá alteração do ponto de vista desses outros fornecedores, muito pelo contrário. A energia elétrica, por exemplo, é regulamentada por legislação federal. Então, a aprovação desse projeto não modifica essa legislação, que, conforme afirmei anteriormente, compete ao mesmo tempo ao Estado e à União, enquanto a água, a luz e o telefone contam com normas próprias. Por isso compreendemos que o veto oposto pelo Governador do Estado não faz sentido.

O que mais chama a atenção - espero que a juventude acompanhe isso -, é que todo projeto é previamente discutido e acordado na Casa. O Governador do Estado, por meio de notas técnicas, que são os pareceres, emite opinião sobre o projeto. Quando é votado em 1º e em 2º turno, o Governador do Estado já tem plena ciência.

Atualmente, especialmente este ano, têm ocorrido fatos estranhos na Assembléia de Minas Gerais. Mesmo tendo conhecimento dos projetos, ao final, o Governador do Estado tem vetado muitos deles, numa demonstração de desrespeito à Casa Legislativa. Quem não respeita o parlamento corre o risco de não respeitar a democracia; quem não respeita o parlamento acha que é dono da verdade, pensa que pode decidir tudo sozinho. O sistema passa a ser mais parecido com a autocracia, com a monarquia, do que com a democracia.

Isso não ocorreu apenas em relação ao projeto do consumo mínimo. Nos últimos dias, aconteceu com outros dois projetos importantes. Um deles diz respeito ao Conselho Estadual de Educação, cujos Conselheiros têm mandato de quatro anos. A Constituição do Estado determina que, quando o Conselheiro Estadual de Educação é nomeado, tem de se submeter a uma sabatina no Plenário da Assembléia, tem de prestar esclarecimentos e responder às perguntas dos Deputados, que precisam saber sobre sua índole, seu caráter e seu propósito. Reformulamos a legislação do Conselho, e determinou-se que o Conselheiro, ao ser reconduzido para seu segundo mandato, seja sabatinado na Assembléia. Discutimos isso com o governo e aprovamos o projeto de lei, que posteriormente foi vetado, suprimindo a exigência da sabatina do Conselho Estadual de Educação, o que é muito perigoso. Se não houver controle público sobre o Sistema Estadual de Educação, as escolas ficarão à mercê do autoritarismo. Sem controle, como saberemos se o sistema está funcionando a contento, se os projetos estão sendo bem elaborados?

Cito outro exemplo aos jovens aqui presentes. No semestre passado, esta Assembléia aprovou, em 1º e em 2º turno, um dos mais importantes projetos de caráter social, o Bolsa-Atleta, que consiste em ajuda de custo para os jovens carentes que praticam esporte na escola, no clube, na associação de bairro, visando incentivar os jovens a permanecerem no programa de formação desportiva, para que possam ser campeões, medalhistas, representar o Brasil e melhorar o desempenho de nosso país nas próximas Olimpíadas. Depois de acordo feito com o governo nesta Casa, aprovamos o projeto.

Pasmem, jovens, o Governador do Estado vetou o projeto sob o argumento de que o Bolsa-Atleta fere o interesse público, ou seja, o dinheiro público não pode ser utilizado para incentivar o esporte, para valorizar a juventude. Se isso fere o interesse público, o que não fere? Será que é o dinheiro que o Estado gasta, por exemplo, para manter um jovem entre 18 e 29 anos numa penitenciária a um custo de R\$2.400,00 por mês? Com o Bolsa-Atleta vai-se gastar, com a criança, com o adolescente, uma bagatela de R\$300,00 a R\$400,00 por mês. Mas, no entanto, o Governador do Estado vetou o projeto, dizendo que ele fere o interesse público. Vejam, os conceitos estão mudados, assim como os valores, porque, se o poder público não serve para melhorar e para incentivar as práticas desportivas e a vida do povo, para que servirá? Para fazer propaganda, realizar um grande "marketing", gastar fortunas com propaganda neste Estado? Precisamos refletir profundamente sobre o que vem ocorrendo no Estado de Minas Gerais. Tem-se investido muito em propaganda e pouco nos projetos sociais.

Entendemos que esse veto sobre o projeto de consumação mínima é uma questão importante e encaminhamos pela sua derrubada, para que possamos transformar esse projeto em lei, a fim de valorizar especialmente o bom comerciante. Afirimo, mais uma vez, hoje, que o comerciante, principalmente em Minas Gerais, Belo Horizonte e Contagem, tem avançado muito. Preocupam-se em respeitar o Código de Defesa do Consumidor. Sabem que nós, consumidores, estamos muito atentos e não mais permitimos o abuso, a violação ao Código de Defesa do Consumidor. E o bom comerciante, o comerciante moderno, que é maioria, encontra-se em plena sintonia com o consumidor. Portanto, quando apresentamos um projeto de lei dessa natureza, ele não é destinado ao bom comerciante, que não precisa desse tipo de lei. Quando apresentamos um projeto dessa natureza, ele é justamente destinado àqueles que ainda insistem em não cumprir o Código de Defesa do Consumidor. Sabemos que se trata de uma minoria, mas precisamos reforçar a legislação porque, ao fazê-lo, coibimos a prática dos maus comerciantes e valorizamos os bons que, diga-se de passagem, são maioria em nosso Estado. A maioria dos comerciantes são sérios, respeitam o Código de Defesa do Consumidor. O comércio é o maior empregador em Belo Horizonte, é o que mais gera emprego e renda para a nossa juventude, para os nossos trabalhadores. O comércio de bairros, de ruas, dos "shoppings centers" é o que mais gera emprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte e precisa ser valorizado.

Encaminhamos favoravelmente à derrubada do veto, para que possamos transformar em lei esse projeto. São as minhas considerações, Sr. Presidente, agradecendo o tempo a mim concedido, assim como a atenção da juventude da Escola Estadual Dr. Aurino de Moraes, do Vale do Jatobá.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero primeiramente cumprimentar V. Exa. pelo encaminhamento do veto. Também entendemos que o veto precisa ser analisado com mais calma por nós, Deputados. O consumidor já paga preço altíssimo quando adentra um estabelecimento comercial e nele é obrigado a se submeter a uma tarifação estipulada de consumo. É necessário fazermos uma discussão mais séria, observando o interesse e a defesa do consumidor. E este é o momento adequado. Portanto, parabenizo V. Exa. por discutir esse veto.

Tive a oportunidade de fazer uma visita aos nossos ilustres convidados desta manhã, os alunos do ensino médio da Escola Estadual Dr. Aurino de Moraes, que fica no Vale do Jatobá. Recebi um gentil convite de sua professora para proferir uma palestra sobre tripartição dos Poderes aos alunos do 2º grau dessa escola. Quero parabenizá-los pela visita, pelo gesto de cidadania, por participar, por conhecer esta Assembléia e os interesses da população de Minas Gerais, pois, nesta Casa, discutimos, debatemos, votamos, aprovamos e fiscalizamos os atos do Poder Executivo. Tudo isso é de grande importância, especialmente quando a juventude participa dos eventos da Casa do povo, do Poder Legislativo. Temos orgulho de ser Deputados e de pertencer a um Poder aberto, no qual todos podem adentrar, de que podem participar e cujas votações podem ser verificadas. Parabenizo V. Exa. e a Escola Estadual Dr. Aurino de Moraes. Quero dizer da nossa felicidade de recebê-los. A Assembléia e os Deputados, com certeza, se sentem honrados com a sua presença. Esta Casa, certamente, está de portas abertas, principalmente à nossa juventude, que precisa, cada vez mais, participar da vida pública deste país. Parabéns a V. Exa. pelo encaminhamento. Agradeço-lhe mais uma vez o aparte.

O Deputado Carlin Moura\* - Muito obrigado, ilustre Deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. falou sobre uma questão importante: esta Casa trabalha muito pelo povo e, às vezes, não é devidamente reconhecida. Discutimos e votamos aqui projetos importantes como esse, que proíbe a consumação mínima. Há outro, em pauta, que diz respeito a não proibir as pessoas que, eventualmente, estejam com problemas de dívida no mercado de fazer financiamento da casa própria. Muitas vezes, por uma questão esporádica, o trabalhador atrasou uma prestação e, por isso, está proibido de fazer financiamento da casa própria.

Quero destacar que, no segundo semestre, esta Assembléia realizará um grande seminário para discutir a situação do Ipsemg, que está passando por um processo de esvaziamento, de dificuldade, por causa da dívida do governo do Estado com esse Instituto. Em consequência disso, vários servidores estão sendo penalizados, não tendo acesso ao plano de saúde do Ipsemg. Faremos um grande seminário para discutir essa questão. Convido todos os servidores, os professores e os alunos para participar desse seminário. Esta Assembléia está sempre atenta às questões de interesse do povo mineiro, como a relativa à redução do imposto da conta de energia elétrica, projeto de autoria do Deputado Weliton Prado. Há ainda projetos relativos à valorização da cultura. Durante todo o segundo semestre, discutimos a Lei Orçamentária, que considero a mais importante votação que fazemos todos os anos. Do que se trata essa lei? Da definição de onde será gasto o dinheiro no ano seguinte.

O Estado vai arrecadar para 2009 quase R\$38.000.000.000,00. Essa é a previsão de arrecadação. É um dinheirinho bom, não é? A Lei Orçamentária serve para dizer para onde esse dinheiro vai, o que será priorizado. Vamos priorizar a escola pública, as reformas da escola, a valorização do salário do professor? Ou vamos valorizar a propaganda do governo? O esporte ou a pintura das faixas da Linha Verde? A assistência social ou outras questões? Na Lei Orçamentária, os Deputados definem onde o dinheiro será aplicado. A fatia maior caberá a qual parcela da sociedade? Vamos dedicar a maior parte do dinheiro que o Estado arrecada para os pobres, para os menos favorecidos, para os mais excluídos? Ou vamos dedicar uma parcela maior para os mais favorecidos, para os empresários, para os setores mais ricos deste Estado? Fiquem atentos. A discussão da Lei Orçamentária é, sem dúvida, o supra-sumo da discussão do parlamento, porque é onde definimos a prioridade de investimentos do Estado. O Estado arrecada bem. É o terceiro da Federação. É rico, mas ainda convive com muita pobreza, com muita mazela, com muita dificuldade, especialmente nas escolas públicas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Bom-dia a todos. Saúdo de forma especial os alunos do Vale do Jatobá. É muito importante a presença de vocês. A

juventude tem de participar mais das atividades desta Casa. Sempre digo que os Poderes Legislativo, Executivo e municipal são como feijão, pois funcionam na pressão. As demandas são muitas, e a mobilização é fundamental. É importante que aprendam o caminho e voltem várias e várias vezes.

Sobre o veto, preocupa-me o seguinte: nenhum projeto chega ao Plenário para ser apreciado antes de ser discutido em várias comissões. Primeiro, passa pela Constituição e Justiça, depois vai para as de mérito. Há um processo de negociação com o governo até ser aprovado nesta Casa. Esse projeto foi aprovado pela maioria dos Deputados. Não dá para entender como o projeto é aprovado pela maioria dos Deputados, recebe um veto do Governador e os Deputados mudam de opinião? Mudam de opinião para manter o veto do Governador? Isso é incoerente. Precisamos defender a autonomia do Poder Legislativo, que deve tê-la independentemente do partido político de quem esteja no governo. Nossa independência é fundamental. Não dá para mudarmos de opinião por causa da simples canetada do governo. Temos que fazer uma análise crítica. Ao estudar esse veto, preocupam-me suas contradições. É brincadeira, pois há contradições demais. Vejam as razões da justificativa do veto. ( Lê: ) "O texto original do projeto de lei, que estabelecia proibição a restaurantes, bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres, teve sua incidência estendida a qualquer "fornecedor de produto ou serviço" e suprimida a definição de "consumação mínima". Assim, a proposição, se transformada em norma jurídica, atingirá, com efeitos negativos outras categorias de fornecedores, que não aqueles que justificaram o projeto, como, por exemplo, fornecedores de serviços de energia elétrica, água, planos de saúde, aos quais a fixação de consumo mínimo é adequada e legal.". Legal, segundo as razões do veto do Governador. "Por outro lado, é perceptível que o texto da proposição extrapolou a intenção dos legisladores, com prejuízo aos próprios consumidores. São essas as razões que me levam a opor veto total à proposição de lei em tela, devolvendo-a ao necessário reexame desta egrégia Assembléia Legislativa." Vejam só: "O texto original do projeto de lei, que estabelecia a proibição de restaurantes, bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres, teve sua incidência estendida a qualquer "fornecedor de produto ou serviço" e suprimida a definição de "consumação mínima.". Vejam só o tanto que isso é perigoso. "Assim, a proposição, se transformada em norma jurídica, atingirá, com efeitos negativos, outras categorias de fornecedores, que não são aqueles que justificaram o projeto, como, por exemplo, fornecedores de serviços de energia elétrica, água, planos de saúde, aos quais a fixação de consumo mínimo é adequada e legal. Por outro lado, é perceptível que o texto da proposição extrapolou a intenção dos legisladores... São essas as razões que me levam a opor veto total à proposição de lei...".

Entendemos que a preocupação do Executivo não procede, de maneira nenhuma. O que afirmam as razões do veto? "Fornecedores de serviços de energia elétrica, água, planos de saúde, aos quais a fixação de consumo mínimo é adequada e legal.". Se é adequada e legal, por que a preocupação com o texto aprovado? Esta é a minha pergunta.

Vejam só: se é adequado e legal, por que a preocupação com o texto aprovado? É muito injusto. A tarifa de energia, acima de 30kW, excluindo as pessoas de baixa renda... Mesmo não consumindo nada, têm de pagar pela disposição do serviço de energia. O cidadão não consumiu, por exemplo, nada de energia elétrica, mas terá de pagar 30kW. Isso é muito injusto, e ainda terá de pagar a taxa de iluminação. A energia é muito cara. Aliás, conseguimos uma grande vitória: a redução, pela primeira vez na história, em 56 anos, da tarifa de energia em 17%. Não dá para entender. São lucros fabulosos que as companhias de energia elétrica têm.

Em relação ao apagão na Região Metropolitana de Belo Horizonte, está aqui estampado no jornal "Estado de Minas" - e, para se ter uma idéia, Santa Luzia ainda está sem energia elétrica: "Apagão. A vida por um fio. Corte de energia, que se arrastou na Grande BH desde o temporal de sábado, deixou em perigo quem usa medicamento conservado em geladeira ou que precisa ser aquecido". Está aqui na foto: "Sem tratamento. Renato Cosme, morador do Bairro Nova Vista, interrompeu a diálise, pois, para usar e preservar o medicamento, precisa de energia. Prejuízo. O comerciante Paulo Roberto de Oliveira perdeu alimentos na geladeira e reclama do telefone de atendimento ao cliente". Ele não consegue falar e perdeu todos os alimentos da geladeira. Aliás, está aqui a análise da notícia feita pelo próprio jornal: "A desculpa de que o temporal foi mais forte do que o esperado não tem sentido. A meteorologia previu chuva forte e os efeitos das tempestades são imprevisíveis. As prestadoras dos serviços mais afetados deveriam estar com todos os seus efetivos a postos, assim como instituições e corporações que socorrem vítimas de enchentes e desabamentos. A energia elétrica não é questão apenas de uma casa iluminada, como mostra Renato Cosme, que sofreu para preservar o produto que lhe garante a vida. O pior, no momento de angústia, é ver-se perdido diante de um telefone congestionado, que não responde ao pedido de socorro. Faltou, ainda, a iniciativa de a concessionária comunicar-se com o consumidor, no lugar de repetir exaustivamente as maravilhas que realiza.". Ninguém consegue falar nem houve comunicado. Aliás, conversei com um jornalista da Rádio Itatiaia, que me relatou a mesma coisa.

Está aqui a análise da notícia. Na tarifa de energia, o cidadão é obrigado a pagar a consumação mínima. Em relação à tarifa residencial, o consumidor tem que pagar 42% de ICMS, que é a cobrança por dentro. A conta é muito cara, mas, infelizmente, não há a manutenção das redes, que é necessária. O cidadão tem que pagar a consumação mínima, o ICMS caro e a conta cara. A conta é cara e, infelizmente, deparamos com esse veto totalmente contraditório.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Esse projeto tratava da consumação mínima nos bares e nos restaurantes. Esse era o objetivo inicial do autor do projeto, que é uma discussão razoável. Ocorre que, durante a tramitação do projeto, aconteceram algumas emendas que deturparam um pouco, na letra da lei, o seu objetivo inicial. Essa foi a razão do veto. O texto ficou escrito de maneira a proibir a tarifa mínima em conta de luz, de água, de telefone e de serviço de saúde. São coisas que a lei permite. Como o texto ficou mal formulado, possibilitando essa interpretação, veio o veto, que não é contra a iniciativa inicial do proponente, que queria proibir qualquer consumação mínima em bares e em similares. O governo não tem opinião relativa a terminar com a consumação mínima. É razoável propor isso. Ocorre que, da forma como o texto está formulado, está indo de encontro à lei que permite a consumação mínima para tarifas de outros serviços. O veto veio só por isso. Esse esclarecimento é importante.

O Deputado Weliton Prado - Agradeço a contribuição de V. Exa. É justamente esse ponto abordado pelo Deputado Lafayette de Andrada que defendemos: tem que haver outras formas de cobrar pela disponibilização do serviço. É injusto que o cidadão não consuma e seja obrigado a pagar. Se o sujeito passou dois meses viajando, não consumiu energia, mas terá que pagar a taxa de 30kW/h por mês. Isso é injusto. Da mesma forma, o cidadão terá que pagar a taxa de iluminação pública, que é muito cara.

O que mais me revolta e à toda a população é a ausência da manutenção das redes. Essa é uma grande preocupação da população. O governo luta muito, os seus acionistas têm grande parte dos dividendos, mas têm que cumprir suas funções e fazer a manutenção das redes. Mas isso não vem acontecendo. Qual é a justificativa da Cemig em relação a ter uma das mais caras energias do País? Dizem que é devido à qualidade da energia de Minas. Dizem que a energia de Minas é a melhor energia do Brasil. A justificativa para a energia ser cara é que é a melhor energia do Brasil. Mas, desde sábado, a população de Belo Horizonte está sem energia. Isso está noticiado em todos os jornais. Essa é a situação das redes em Belo Horizonte, em Santa Luzia, em Contagem, em Betim e praticamente em todo o Estado de Minas Gerais. Isso é preocupante. Qualquer temporal ou qualquer chuvinha faz com que a população corra o risco de conviver com o apagão.

"Apagão, a vida por um fio". Esta é a manchete do jornal, mostrando a situação do Sr. Renato, que faz hemodiálise e corre o risco de perder a vida. A questão é muito séria. O corte de energia arrastou toda a grande Belo Horizonte desde sábado. Quem utiliza medicamentos que ficam conservados em geladeiras passa por muitas dificuldades.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado Weliton Prado que se atenha à discussão do veto, em cumprimento ao disposto no art. 83 do Regimento Interno.

**O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, com todo o respeito, "data maxima venia", quero dizer as razões do veto. Aqui estão as palavras e a assinatura oficial do Palácio da Liberdade. O veto do Executivo está assim fundamentado: "Assim, a proposição,**

se transformada em norma jurídica, atingirá, com efeitos negativos, outras categorias de fornecedores, que não aqueles que justificaram o projeto, como, por exemplo, fornecedores de serviços de energia elétrica, água, planos de saúde, aos quais a fixação de consumo mínimo é adequada e legal.". Discordo. Definitivamente, não concordo com essa prática de cobrança, com base, aliás, no princípio a que se referiu o Deputado Lafayette de Andrada. Ele demonstrou preocupação, porque houve emendas ao projeto. Estou, por essa razão, defendendo a derrubada do veto. Acho injusto uma pessoa que fez uma viagem e não consumiu energia nem água ter de pagar a consumação mínima de energia e de água. Isso está na fundamentação do projeto. As palavras estão aqui registradas. Então, Sr. Presidente, "data maxima venia", estou-me atendo totalmente ao tema.

Em relação ao projeto original, não entendi exatamente o ponto que o Deputado aborda: se é adequado e legal, por que a preocupação com o texto aprovado? Por que essa preocupação? Esse é o debate que queremos fazer. E, se há tanto recurso, por que não é feita a manutenção das redes? A população da região metropolitana e do Estado vive em eminente risco de apagão total de energia.

Deixamos claro nosso posicionamento: defendemos os garçons. Há alguns meses, tive oportunidade de fazer um debate com a categoria em Uberlândia. Eles são pessoas guerreiras, trabalhadores, sofridos. O projeto, de certa forma, garantia o respeito a esses profissionais. Em seu art. 1º, lemos: "Fica vedada a cobrança de compensação mínima por fornecedor de produto ou serviço. O descumprimento do dispositivo dessa lei sujeita o infrator à penalidade prevista na Lei nº 8.708, de 11/9/1990". Não iria prejudicar em nada as contribuições voluntárias para os garçons. Não haveria nenhum prejuízo para essa categoria profissional. "Como efeito, o mencionado diploma legal proíbe não somente a venda casada..." Esse é outro problema. Isso configura venda casada, e venda casada é estritamente proibida pelo Código de Defesa do Consumidor. A prática da venda casada é proibida por lei. Da maneira como se estabelecem as tarifas de água, de energia elétrica e dos planos de saúde, fica configurada a venda casada. Isso é ilegal. Se é venda casada, não é legal, fere o Código de Defesa do Consumidor.

Prossigo minha intervenção com a leitura de matéria publicada no "Estado de Minas". (-Lê:)

"Desde domingo, os envelopes com o líquido para tratamento de diálise peritonial de Renato Cosme, de 35 anos, em vez de serem aquecidos por três minutos no microondas, tomam "banho de sol" de quatro horas em um canto do terreiro da casa. Morador do Bairro Nova Vista, na região Leste, ele é um dos moradores dos mais de 10 mil imóveis da Grande Belo Horizonte que ficaram sem energia por três dias. Sem esquentar o medicamento, Renato sofre com fortes tremedeiras, e o tratamento teve de ser alterado nos últimos dias por causa do apagão depois do temporal de sábado. Até o início da tarde de ontem, passaram 70 horas, 5 mil residências continuavam sem eletricidade, e diversos moradores da Capital tiveram de mudar a rotina diante da impossibilidade de fazer simples tarefas, como lavar roupas ou ligar os computadores. À noite, a Cemig divulgou nota informando que, à 16h30min, havia regularizado todo o serviço na Grande Belo Horizonte.

Além das quatro sessões diárias de diálise, Renato recebe doses de insulina e, para não perder o medicamento, teve de levá-los para a casa de parentes e amigos, mantendo-os em geladeira. Em temperatura ambiente, há riscos de perda do produto e o Sistema Único de Saúde - SUS - só repõe o estoque no mês seguinte. Segundo ele, uma solução seria o aquecimento no fogão, em banho-maria, mas, nesse processo, o remédio sofre modificações e o efeito não é o mesmo. "À noite, está impossível fazer a troca, pois não tenho luz elétrica nem aquecimento solar. Só eu sei os riscos que enfrento", afirma.

No caso da família do comerciante, Paulo Roberto de Oliveira, 43 anos, o drama é menor, mas a falta de luz mudou o ritmo da casa em que mora com a mulher e duas crianças. Antes de sair para o trabalho, ele tem de ir à casa da mãe, em outro bairro, para tomar banho. Já os filhos, Júlia, de 5 anos, e Mateus, de 6, antes de seguirem para o colégio, tomam o famoso banho de gato, com água esquentada em uma panela e uma flanela para limpar a sujeira. "Não temos o que fazer, só esperar. Ligamos para a Cemig e o telefone só dava ocupado". Além dos problemas com a falta do aquecedor, agora encostado em um canto da área de serviço, a pilha de roupas aumenta e, em alguns dias, a família já não terá o que vestir.

A geladeira do vigilante Roberto Costa segue vazia, pois quase todos os alimentos estragaram. Ele e a mulher esperam resposta da Cemig para voltarem à rotina. É um transtorno enorme. A única reação é ligar para saber a previsão da volta do fornecimento. Se for entrar na Justiça, precisa arcar com os gastos, e, muitas vezes, o resultado é o gasto superior ao do valor do produto.

Segundo o gerente de Operação de Distribuição Centros da Cemig, Danilo Gusmão Araújo, a demora no restabelecimento da energia deve-se à intensidade dos ventos, com rajadas de até 80km/h, e a dispersão dos pontos atingidos. "Todo nosso contingente está em serviço. Até o meio-dia de domingo, 81% dos casos haviam sido resolvidos e 70% dos remanescentes foram solucionados até a meia-noite. No entanto, o posicionamento retardou a normalização". De acordo com a Cemig, a média diária de clientes sem energia varia entre 1.500 e 2 mil casos. Hoje está prevista a apresentação de comparativo da situação de sábado com casos de anos anteriores.

Para o sábado, a central de climatologia previa pancadas de chuva, mas o temporal foi mais forte do que o esperado. De acordo com a empresa, além das equipes em serviço, outras 30 estavam de plantão. No começo da noite de ontem, nove pontos concentravam a maior parte do apagão, com 1.500 imóveis ainda sem energia e pontos diversos somavam outros 500 focos.

Os consumidores que não tiveram a energia restabelecida devem ligar para o número 116 e pedir solução. Caso o pedido não seja atendido, o morador pode telefonar para a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, para o número 144 ou se comunicar pelo endereço eletrônico [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br). A reguladora estabelece índices de qualidade para as distribuidoras, de acordo com a continuidade do fornecimento de eletricidade e o número de horas por mês. Se as metas não são cumpridas, a empresa está sujeita à multa, que varia de acordo com a quantidade de clientes. Segundo a Cemig, todos os casos serão analisados e os prejuízos ressarcidos, como exige a Aneel.

De acordo com a Resolução nº 61/2004 da Aneel, o cliente tem até 90 dias, a partir da ocorrência, para pedir ressarcimento à distribuidora. Devem ser informados data, horário e cópia mais recente da conta de luz, além das características do aparelho danificado. Isso é importante. A empresa tem até 20 dias para inspecionar o produto e dar um parecer. Em caso de concordância com o pedido, o consumidor deve ser ressarcido em até 90 dias".

Concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr., Presidente do América.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* - Depois V. Exa. lê para mim a parte de esportes. Acho importante V. Exa. subir à tribuna e ler um jornal. Acho também importante o assunto que traz. Se fosse editor do jornal, reclamaria, porque ninguém iria comprar o "Estado de Minas"; como V. Exa. está fazendo a leitura de uma página que gostaria de ler, pude economizar.

V. Exa. traz um assunto interessante. Todos os Deputados devem usar a tribuna para manifestar sua indignação contra esses fatos que ocorreram em Belo Horizonte. A população mineira não pode aceitar isso, a população mineira não pode aceitar um apagão como esse, porque temos a melhor energia do Brasil. Temos uma Cemig que faz a sua parte. Acredito que o Presidente da Cemig convocará os responsáveis para cobrar posições. Estou falando como mineiro, como belo-horizontino e como brasileiro. O homem está indo à lua, onde não falta energia. Vamos nos lembrar disso. Estamos nos comunicando com todos os locais, a energia está aí. O governo Aécio Neves realizou um trabalho bonito

e saudável, ou seja, colocou energia elétrica em todos os rincões de Minas. Será que isso causou essa falta de energia em Belo Horizonte?

V. Exa. está de parabéns pelo assunto levantado, mas, depois que se transformou em candidato a Prefeito de Uberlândia, no Triângulo, sua criatividade está se acabando? V. Exa. está ocupando a tribuna para ler jornal? V. Exa. já foi mais ferrenho antes de ser candidato a Prefeito. Estou desconhecendo V. Exa., estou desconhecendo o companheiro ferrenho que sempre tivemos nesta Casa. Tenho a certeza de que os eleitores não querem ver V. Exa. ler jornal nessa tribuna. V. Exa. vai ficar lendo jornal? Depois fará a leitura da seção de esportes e da parte policial, que também são muito importantes.

Hoje pela manhã, quando vinha de táxi para a Assembléia, corri os olhos pelas páginas de um jornal que pedi emprestado ao taxista. Como o trajeto foi curto, li pouca coisa. A minha intenção era comprar o "Estado de Minas", mas V. Exa. o está lendo. V. Exa. já foi mais criativo. Sugiro que pinte a cara, como está nos cartazes, e faça um rabinho de cavalo. Estou desconhecendo V. Exa., porque, pelo jeito que está agindo creio que está se transformando em governo. Quero saber se na sua cidade haverá passe escolar, pelo qual tanto brigamos, se fará tudo o que prometemos aqui. Do jeito que está hoje nessa tribuna, aproveitando a audiência da TV Assembléia, que criamos há 12 anos, V. Exa. não está fazendo sua parte. Quero ver o Deputado Weliton Prado, o Deputado ferrenho, mas V. Exa. está fazendo leitura de jornal. Está parecendo Deputado velho. Não. V. Exa. precisa dizer que a Cemig não pode agir dessa forma. Não estou aqui para ensinar-lhe nada, mas para sugerir que V. Exa. volte ao seu estilo aguerrido.

Gostaria de enviar um recado aos seus oponentes em Uberlândia: não se pode usar a TV Assembléia para fazer campanha eleitoral. O Juiz poderá impugnar a outra candidatura e dará direito de resposta. Esta Casa não pode ser usada em campanha política. V. Exa. não pode fazer propaganda, ninguém pode pegar imagens gravadas aqui e fazer propaganda em horário nobre. Aqui fica o recado. Do jeito que estão fazendo com V. Exa. estão fazendo com outros candidatos, ou seja, pegando gravações de debates feitos nesta Casa para exibi-las no programa eleitoral. As discussões feitas aqui não se referem à cidade onde V. Exa. é candidato, mas ao Estado. Se V. Exa. é candidato lá, ninguém pode usar imagens dos debates feitos aqui e exibi-los no programa eleitoral.

Espero que V. Exa. volte a ser um Deputado ferrenho. Estou achando que está se transformando em governo. Depois de tomar posse, não irá denunciar mais nada. Como ficarão o nosso passe escolar e todas aquelas coisas pelas quais tanto brigamos aqui? Não leia jornal, continue sendo um parlamentar ferrenho. Faça seus pronunciamentos, mas não dessa forma. Todos lêem o "Estado de Minas", que é o maior jornal dos mineiros. Todos estão lendo o que está escrito aí. V. Exa. poderá dizer o seguinte: "Se o seu eletrodoméstico queimou, reclame na Cemig, porque ela tem de pagar por isso". A Cemig está sabendo de tudo. Tenho certeza de que o Presidente Djalmá e toda a direção da empresa estão conscientes de todos esses problemas. Pelo pouco que o conheço, hoje, depois desse apagão, depois de tudo o que aconteceu, deve estar muito bravo, deve estar tomando providências, deve estar mudando muita coisa, porque esses fatos não voltarão a acontecer. A natureza se manifestou, mas a Cemig deve estar prevenida para evitar as conseqüências. Não podemos aceitar que esses problemas ocorram novamente.

A Cemig tem a melhor energia do Brasil. V. Exa. já criticou muito essa empresa em relação a preço e outros itens, mas ela reduziu os preços. O órgão regulamentador federal conseguiu reduzir os preços no Brasil inteiro, mas desejamos o serviço. Pelo pouco que conheço o Dr. Djalmá, pode ter a certeza de que isso não acontecerá mais, porque nenhum mineiro nem a direção da Cemig desejam isso. Tenho a certeza de que o Governador Aécio Neves, depois que aconteceu isso, deve estar muito bravo. Isso não acontecerá de novo, devido à seriedade da direção da Cemig. Depois, V. Exa. poderia ler sobre esporte para nós? Obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Agradeço a contribuição do Deputado Alencar da Silveira Jr. É importante estarmos em um regime democrático, em que todos tenham o direito de se expressar como bem entender e com responsabilidade. Mesmo discordando de alguns posicionamentos de V. Exa., respeito a sua opinião. Por isso, defendemos a autonomia deste Poder.

O projeto de lei que deu origem à Proposição de Lei nº 18.515 foi aprovado pela maioria dos Deputados desta Casa. Temos de solicitar que o governo respeite o posicionamento dos Deputados que aprovaram esse projeto, depois de uma discussão do ponto de vista legal e constitucional. Ele foi discutido também com o governo. Não há justificativa para esse veto. Os Deputados seguiram o posicionamento do governo. Por isso, é fundamental derrubarmos esse veto. Esperamos que essas situações não se repitam mais, mas, para isso, tem de haver investimento na manutenção. E isso não tem sido feito. Com muita firmeza, denunciemos nesta Casa que a energia em Minas Gerais era 17% mais cara que na Bahia, 30% mais cara que no Ceará, 43% mais cara que no Rio de Janeiro, 44% mais cara que em Santa Catarina, 47% mais cara que em Goiás, 48% mais cara que no Rio Grande do Sul, 49% mais cara que no Espírito Santo, 61% mais cara que no Pará, 72% mais cara que em Brasília, 76% mais cara que em São Paulo e 107% mais cara que no Amapá. A justificativa para isso é a qualidade, mas não estamos vendo isso. As razões para o veto entram em contradição. Os jornais divulgaram o apagão ocorrido na Região Metropolitana, principalmente em Belo Horizonte. O Deputado Alencar da Silveira Jr. falou sobre a leitura do jornal. Temos de ter muita responsabilidade, pois estamos em um período eleitoral e não podemos fazer da tribuna um palanque. As eleições não podem atrapalhar o funcionamento desta Casa, e não podemos utilizar a tribuna para fazer campanha. Temos de respeitar a legislação eleitoral. Por isso, não entrarei no debate pontuado por V. Exa. quanto a questões que sempre defendemos e continuaremos defendendo. Se entrarmos nesse debate, feriremos a legislação eleitoral.

Sr. Presidente, defendo a derrubada do veto. Temos todas as possibilidades para isso, pois o veto é incoerente e fere a legislação.

#### Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, percebendo que não há mais quórum para continuarmos com a reunião, peço o seu encerramento de plano e solicito que o meu tempo seja respeitado, para que eu possa continuar o meu encaminhamento à tarde.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/8/2008

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Padre João, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, em decorrência do aumento de preços dos fertilizantes e a apreciar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Resolução nº 2.619/2008, no 1º turno (Deputado Antônio Carlos Arantes). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Humberto Ferreira de Carvalho, Superintendente de Agricultura, representando o Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Paulo Marcos de Paula Lima, Diretor Técnico da

Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais; Eduardo Leal, Delegado Adjunto, representando o Delegado Federal do MDA em Minas Gerais; Rodolfo Osório de Oliveira, Chefe da Assessoria Técnica da Faemg, representando o Presidente da entidade; Celso Afonso Moraes, Coordenador Financeiro da Fetraf, representando a Coordenadora da entidade neste Estado; Feliciano Nogueira de Oliveira, Gerente do Departamento Técnico da Emater-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência registra ainda a presença do Deputado Luiz Cláudio (PTN), de Rondônia. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Carlos Arantes, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João em que solicita seja encaminhado pedido de informação ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre o vínculo existente entre o Ministério Público deste Estado e um servidor inativo, que ocupou cargo de Promotor de Justiça, em razão do art. 11, inciso V, § 1º, da Lei nº 11.020, de 8/1/93; Vanderlei Jangrossi e Padre João em que solicitam seja formado grupo de trabalho com representantes da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e do Iter, objetivando esclarecer aos Prefeitos sobre os processos de legitimações de terras devolutas; Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes e Padre João em que solicitam seja realizada audiência pública, no Município de Jaíba, com o intuito de ouvir os pequenos produtores rurais da região, visando a buscar soluções para os problemas por eles enfrentados relativos à atividade agrícola; Antônio Carlos Arantes, Vanderlei Jangrossi e Padre João em que solicitam seja realizada visita técnica à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal, com a finalidade de debater: alterações necessárias ao Decreto Federal nº 6.514/2008, que regulamenta a lei de crimes ambientais; edição e aprovação da medida de negociação das dívidas dos produtores rurais e a alta dos custos da produção agrícola, em especial, dos fertilizantes, "versus" a perda de renda dos produtores rurais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Padre João - Antônio Carlos Arantes.

#### ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/8/2008

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Alencar da Silveira Jr. e Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a autorização para pouso e decolagem de aeronaves de grande porte no aeroporto da Pampulha e a transferência, para esse local, de vôos regulares do Aeroporto Internacional Tancredo Neves. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Érica Campos Drummond, Secretária de Estado de Turismo; e os Srs. Accacio Ferreira Santos Jr., Coordenador de Comércio Exterior; Ricardo Gomes da Silva, Diretor Sindical do Aeroporto Internacional Tancredo Neves; Adair Moreira Junior, Superintendente do Aeroporto Internacional Tancredo Neves; Cláudio Figueiredo Salviano; Superintendente do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade; Roberto Luciano Fortes Fagundes, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Eduardo Teci, Gerente Comercial da TAM no Estado; José Maurício Miranda Gomes, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens; Flávio Marcos Ribeiro de Campos, Presidente da Associação dos Amigos da Pampulha; Hilton Gordilho de Freitas, Assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Délio Malheiros tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe requerimento de autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja encaminhada manifestação de protesto ao Presidente da Anac, pela ausência de representante daquela autarquia nesta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio.

### ORDENS DO DIA

#### ORDEM DO DIA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/9/2008

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.



(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 16, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 17 a 21, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação das Emendas nºs 22 e 23, na forma das Subemendas nºs 1, que apresenta, e da Emenda nº 24; e, ainda, pela aprovação das Emendas nºs 25 a 27, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembléia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 9/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 899/2007, do Deputado Délio Malheiros; 2.485/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.499/2008, do Deputado Padre João; 2.556/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.611 e 2.612/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.637/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 2.642/2008, do Tribunal de Justiça; 2.684/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 2.700/2008, da Deputada Cecília Ferramenta; 2.704/2008, do Deputado Domingos Sávio e do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.096/2007, do Deputado Durval Ângelo; 2.406/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.464/2008, do Deputado Wander Borges; 2.502, 2.503, 2.505, 2.509, 2.510, 2.513, 2.516, 2.517, 2.519, 2.520, 2.539 e 2.546/2008, do Deputado Paulo Guedes; 2.585/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.685/2008, do Deputado Carlos Mosconi; 2.687/2008, do Deputado João Leite; 2.688/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.689/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 2.695 e 2.696/2008, do Governador do Estado; 2.699/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.702/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 9/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.849/2008, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 9/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.817/2008, do Deputado Vanderlei Miranda; e 2.832/2008, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 9/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.645/2008, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 9/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.642/2008, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 10/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 9/9/2008, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço, e 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências, 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica, 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica, 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito, 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica, 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica, 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica, 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica, 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni imóveis que especifica, 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica, 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica, 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica, 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia, 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica, 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica, 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba, e 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Bráulio Braz, Eros Biondini e Zezé Perrella, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca, Inácio Franco e Wander Borges, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para a reunião a ser realizada em 9/9/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações sobre os critérios a serem adotados este ano para a pesca no período da piracema e sobre as operações realizadas nos dois anos anteriores e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2008.

Délio Malheiros, Presidente.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/9/2008

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos que nos visitam e nos acompanham das galerias desta Casa, telespectadores da querida TV Assembléia, que cada vez mais expande seu sinal para todos os rincões do Estado, no dia 25/7/2008, tivemos nesta Assembléia a formatura da 10ª turma do curso de pós-graduação "lato sensu" Especialização em Poder Legislativo. Esse curso, do qual faço parte, é ministrado pela Escola do Legislativo, em parceria com a PUC Minas. Desde que fui eleito, procurei uma forma de aprimorar meus conhecimentos, a fim de representar bem o nosso povo. Nesse curso encontrei o conteúdo que buscava para conhecer mais o trabalho realizado por esta Casa, seu Regimento Interno e as Constituições Federal e do Estado. Ademais, o curso me ajudou a entender melhor o processo legislativo, a elaboração das leis. Sinto-me muito honrado e feliz por ter concluído esse curso no dia 25/7/2008.

Sr. Presidente, em busca de mais dados para a elaboração da minha monografia, trabalho de conclusão do curso, busquei os temas, a meu ver, mais importantes. Como sou apaixonado pelo tema "Participação popular" - e tenho a alegria de ser Vice-Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa -, resolvi discorrer, na minha monografia, sobre a participação da sociedade na elaboração e na tramitação de projetos de lei, que, sancionados e transformados em leis, teriam maior eficácia e aplicabilidade, após serem discutidos com os segmentos interessados, enfim, com a população. Como exemplo, cito o caso das Apacs, já que o conteúdo original de seu projeto de lei, ao ser submetido a audiência pública, recebeu emendas que o ajudaram a transformar-se em lei mais eficaz e aplicável.

Conforme pesquisa que estou fazendo, apaixonado que sou pela questão da participação popular, acredito que a nossa democracia representativa precisa ser cada vez mais participativa. Hoje percebemos, é claro, que o melhor sistema é mesmo o representativo, já que é muito difícil, sobretudo numa sociedade desigual e até injusta, a população votar todos os temas, visto que lhe são privadas informações básicas.

Sr. Presidente, sabemos que, às vezes, quando a população é pressionada ou induzida, acaba tomando decisões equivocadas. Há 2 mil anos tivemos um plebiscito. O resultado foi que Barrabás foi escolhido, eleito para ser libertado. Quando a população é submetida a pressão, é quase induzida a escolher aquele que tem mais poder econômico ou outra forma de poder.

Sr. Presidente, pesquisando sobre as leis da 15ª Legislatura que tramitaram nesta Assembléia Legislativa, percebemos que, durante a tramitação da maioria dos projetos de lei, não houve debates específicos sobre os temas que esses projetos abordavam. Quando se trata de reunir os segmentos da sociedade para debater assuntos pertinentes e importantes para a sociedade, percebemos que o número de audiências públicas realizadas é muito pequeno. No caso, ficamos pensando em como nós, parlamentares, poderíamos elaborar projetos e mesmo aperfeiçoar os projetos que tenham origem no Executivo. Esses projetos de lei se transformam em leis que serão aplicáveis. Como se diz popularmente, há leis que "pegam" e outras que não "pegam". Como podemos mudar essa situação, se não submetemos esses projetos ao crivo da audiência pública?

Sr. Presidente, pela pesquisa que estou fazendo, sou a favor de que todos os projetos, em algum momento de sua tramitação, devam ser submetidos pelo menos a uma audiência pública que reunisse segmentos interessados das áreas de educação, segurança, saúde, direitos humanos, qualquer área, que se reunisse pelo menos uma vez para discutir e debater sobre determinado projeto de lei.

Teríamos 100 projetos de lei, que já tramitaram, para serem sancionados e pelo menos 100 audiências públicas aqui. Com isso, traríamos a população para acompanhar e conhecer melhor a Casa dos que a representam. Só quem conviveu com as crianças e convive diariamente com uma situação de risco de crianças em creches poderá contribuir e colaborar de maneira significativa com um projeto que trate desse assunto.

Estamos percebendo que há falta de debate. Temos o projeto de lei sobre o cachorro "pitbull", que ficou inaplicável. Isso aconteceu porque durante sua tramitação não houve debates, reuniões. Sr. Presidente o que acontece se não há discussão ou a população se afasta cada vez mais? A população fica engolindo goela abaixo projetos que muitas vezes não saíram do seu coração.

Sr. Presidente, em relação aos projetos que vêm do Executivo, estamos aqui como representantes de um povo que tem anseios, dificuldades e sonhos. Esse povo precisa gerar em nós essa motivação de propormos um projeto de lei. Mais do que isso, durante o processo legislativo, nessa legística, o povo precisa participar cada vez mais. Sem participação maior do povo, este fica suscetível a todo tipo de manipulação.

Recuso-me a admitir que a população seja totalmente induzida ao que A, B ou C querem que ela faça. Estou e sou uma pessoa convicta de que quando o povo se une e quer manifestar-se não há ninguém que possa tapar os ouvidos. Se queremos ser legítimos representantes desse povo que realmente sabe o que quer, que quer ser ajudado pelos legisladores, precisamos abrir mais a Casa Legislativa para que a freqüente.

Temos hoje, na Presidência da Comissão de Participação Popular, o nosso querido Deputado André Quintão, que tem feito um trabalho maravilhoso. Essa Comissão tem aberto espaço para a realização de inúmeras audiências públicas, reuniões especiais e conjuntas, mas é preciso - e quero caminhar com a minha assessoria política - propor, de acordo com as normas, que todos os projetos de lei sejam submetidos à apreciação popular, pelo menos uma vez durante sua tramitação. Cada um dos cidadãos do Norte, Sul, Leste ou Oeste do nosso Estado de Minas Gerais poderá vir para cá e, caso se interesse pela matéria, ser ouvido e esclarecer suas dúvidas.

Parabenizo o corpo de professores e servidores da Escola do Legislativo, que fazem com que ela seja referência em todo o Brasil. Nessa monografia percebi claramente que, ainda que haja avanços na participação popular, é preciso que nos importemos mais com essa gente. Sr. Presidente, sabe por quê? O povo, alvo de todos os projetos de lei, fica por fora das regras e muitas vezes as aprova e as aceita - e, de fato, elas são justamente contra esse povo. Nas periferias de algumas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, vemos pobres elegendo ricos e continuando pobres, porque lhes falta informação, participação e até mesmo motivação.

Esta é a Casa do povo, e cada vez mais é preciso que ela seja freqüentada por ele. Precisamos não apenas ajudar o povo a compreender o funcionamento do processo legislativo, mas também é necessário ouvi-lo e ajudá-lo a tomar as decisões necessárias.

Sr. Presidente, mais uma vez agradeço a oportunidade de subir à tribuna para falar de um tema que julgo ser da maior importância. Sempre que um projeto de lei estiver tramitando, se tivermos pelo menos uma audiência pública com a participação de segmentos afins aos temas, teremos, certamente, grandes avanços na produção legislativa desta Casa. E o povo estará mais participativo, responsável e comprometido com a elaboração das leis. Ai, sim, veremos uma sociedade mais envolvida, mais interessada, mais participativa, correspondendo à idéia de que, quanto mais bem representada está, sobretudo por pessoas com quem convive diariamente nas periferias, nos segmentos, nas ações sociais, maiores serão os benefícios, e mais entusiasmo e disposição haverá para ajudar.

Estou concluindo a minha tese e o meu pronunciamento.

Em breve, passarei o relatório aos demais colegas a fim de que percebam o que fazer para trazer todos os segmentos da sociedade, justamente o que dá legitimidade ao nosso Estado Democrático de Direito, em que o objeto das regras acaba sendo co-autor destas.

Você, que recebe uma lei para cumprir, pode ser co-autor dessa lei. Nesse caso, você não precisará reclamar de um Deputado que fez uma lei que não "pegou" ou que não o ajudou. As pessoas ajudarão esse Deputado a elaborar as leis. Dessa forma, o Deputado se comprometerá mais e, com certeza, valorizaremos a nossa Casa Legislativa, como já temos feito, uma Casa Legislativa tão respeitada em todo o Brasil. O que queremos é ver um povo cada vez mais feliz, mas, para isso, vamos precisar ser ajudados por esse povo, que, muitas vezes, acha que não tem voz nem vez e que são aqueles que mais precisam ser ouvidos. Precisamos desse povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para relembrar fatos que comentamos aqui, em meados do ano passado, quando nós todos, Deputados, lamentávamos a existência de uma central de grampos do Ministério Público próxima a nossa Assembléia. E, hoje, o grampo chega à Presidência da República e chega a afetar o Presidente do STF.

Naquela ocasião, comentávamos a oportunidade de sensibilizarmos o Congresso Nacional, os Deputados Federais e Senadores, para que eles cumprissem com a sua obrigação de preencher os vácuos jurídicos decorrentes da falta de regulamentação de dezenas e dezenas de artigos da Constituição. Um deles é o art. 37, que hoje virou assunto do dia.

Em meados do ano passado, lembro-me de que falávamos aqui, de maneira forte, e pedíamos o empenho do Congresso Nacional para que os Deputados Federais tivessem maior sensibilidade para atender aos reclamos da população no que diz respeito, especialmente, à estruturação jurídica do País. Hoje estamos assistindo, em decorrência desse vácuo, desse vazio jurídico e dessa falta de ação dos congressistas, a um cenário quase hilariante, de a polícia mandar na Justiça, de a Justiça ser vigiada pela Abin e de o Presidente demitir o Diretor da Abin pelo fato de ter ele discordado da Polícia Federal. Acabaram-se os critérios de hierarquia e disciplina intergovernamental. Esse vácuo jurídico, para quem preside a Comissão de Justiça, como o companheiro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, é terrível, porque, na Assembléia de Minas, a legislação subalterna, que é a nossa legislação estadual, sofre graves conseqüências da ausência de parâmetros legais fixos e firmes na Constituição Federal.

O STF não foi feito para legislar, mas está legislando. Ele foi feito para acompanhar e garantir a constitucionalidade da legislação inferior, mas o que está ocorrendo é a criação de leis novas pelo STF. Mais do que isso, existem tribunais menores que também estão criando leis em função da culpa dos nossos congressistas, que não respeitam a função para a qual foram eleitos, de fazer a regulamentação da Constituição.

E posso dizer isso com certeza porque, apesar de não ter sido constituinte, participei da revisão da Constituição e vi a má-vontade de aprovar as centenas de emendas que fiz. Apresentei 111 emendas, e não conseguimos colocar nenhuma em votação. Apresentei essas emendas na tentativa de que o arcabouço legal brasileiro tivesse a substância que a Constituição cidadã nos inspirava na época. Acabamos fazendo uma Constituição pior do que a de 1946, mais perigosa do que a antiga, mais problemática para a estruturação jurídica do País do que aquela que julgávamos caduca. Na verdade, criamos situações jurídicas difíceis até para os magistrados; enfim, complicamos a estrutura jurídica do País, ao invés de facilitar.

Em Minas, já fizemos esse alerta no ano passado. Preocupa-nos ver o próprio Presidente da República intervir demitindo o Diretor da Abin em função dos eventos relativos aos grampos. Não se pode imaginar um país em que Ministros do STF estejam "grampeados", em que homens do gabinete do Presidente da República sejam auditados no grampo telefônico. Não se sabe aonde vamos parar, pois o estado policial se instalou no País e a democracia corre risco.

E já dizíamos desse risco. Na minha terra, Teófilo Otôni, o Secretário que havia sido preso pela Polícia Federal foi libertado e voltou a exercer suas funções. A devassa feita na Prefeitura ainda está em fase de inquérito. Não sabemos se devemos considerar essa ação policial válida ou não, e o próprio governo federal, por meio da Ministra Dilma Rousseff e dos dirigentes da Caixa Econômica Federal, resolveu, mesmo havendo suspeita de irregularidade relativa aos recursos do PAC, autorizar a liberação dos recursos às vésperas das eleições, na "boquinha" da eleição. E tem gente nadando de braçada, anunciando obras e mais obras em função de um recurso suspeito. Ainda suspeito, porque o inquérito continua e nem a ação penal competente foi instaurada.

E que faz o governo? A sua polícia, a Polícia Federal, levanta suspeita, aponta irregularidade, condena a todos pelos jornais, pela televisão e pelas emissoras de rádio, e, de repente, liberam os recursos suspeitos. Não dá para compreender como este país vai funcionar sem regras jurídicas claras e firmes. Não dá para entender se não pudermos influir em Minas Gerais para que nossos concidadãos ajam de forma diferenciada nas próximas eleições parlamentares e elejam representantes que, no processo nacional, possam modificar essa questão.

Minha preocupação é de cidadão e não apenas de Deputado Estadual, pois não posso fazer lei federal. Mas aqui sentimos esses efeitos danosos e perigosos de uma legislação que permite que o STF faça leis, como a regulamentação do art. 37 da Constituição, que colocou em polvorosa toda a estrutura de poder do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Hoje, estamos perplexos ante tais medidas, considerando que o art. 37 estabelece quatro condições para a contratação de servidores e que a maioria das pessoas preenche apenas três desses quatro pré-requisitos. Mesmo assim, consideramos o nepotismo uma coisa terrível, abominável, como se todo parente fosse ladrão, incompetente ou safado.

Estamos vivendo uma situação esdrúxula: de repente, o que não estava na lei vira lei por decisão de uma súmula vinculante, instituição que

achamos interessante para a redução do número de processos, mas que deveria ser feita para outros tipos de processos que entulham a Justiça brasileira, como as execuções relativas à retomada de casa própria da Caixa Econômica Federal, os processos relativos ao INSS, que são milhares e milhares - para esses assuntos, sim, deveria haver súmulas vinculantes. O STF deveria ter feito uma listagem dos processos que, em grande número, são de um mesmo assunto, e uma súmula vinculante para esses processos, em vez de buscar "holofotariamente" os espaços da publicidade nacional gratuita, no rádio, no jornal e na televisão, com uma súmula vinculante, quase que em uma revanche, porque o Conselho Nacional de Justiça decidiu que lá eles devem atuar dessa maneira em relação ao nepotismo. Agora, copiam o que o Conselho Nacional de Justiça fez para o Poder Judiciário e tentam interferir no Legislativo e no Executivo. Isso é impróprio, indevido. O que ontem não era lei vira lei por uma súmula vinculante. Criamos uma nova lei.

É ruim falar sobre isso? Ora, não tenho medo de falar sobre isso, Sr. Presidente. Não tenho medo, pois não tenho mais nada a perder na vida pública. Já perdi mais de 30 anos dedicados à vida pública e não me importa nem interessa o tipo de assunto em que eu tenha de tocar. Mas quero ao menos que meu nome fique na história como parlamentar que não teve medo de tocar em determinados assuntos, às vezes polêmicos, às vezes até prejudiciais a mim, pessoalmente.

Vejo com intranquilidade a situação posta hoje no Brasil. Não estou tranqüilo. Urge que os parlamentares estaduais, municipais e federais tomem posicionamento, manifestando-se, opinando, fazendo indicações e tentando alterar o processo e mudar o sistema. O que é mais aberrante, Sr. Presidente, é que se envia ao Congresso Nacional, às vésperas das eleições - para fazer de conta que estamos vivendo em uma democracia muito boa -, um projeto de reforma política que não fala em voto distrital e que fala em financiamento público de campanha - todo o mundo querendo pegar uma beirada do dinheiro público para fazer campanha. Sou contra; acho que o governo não deveria dar um tostão para ninguém fazer campanha e que nem deveria haver fundo partidário - os partidos que se organizem de maneira civil e façam sua representação. Não sou, Sr. Presidente, favorável a essa hipótese.

Com carinho, ouço a palavra de um constitucionalista, meu companheiro, Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Getúlio Neiva. Estou ouvindo atentamente o seu rico pronunciamento, que, todavia, merece reparo quando V. Exa. humildemente manifesta que não tem mais nada a perder na vida pública. Absolutamente. V. Exa. engrandece o Parlamento mineiro.

Desde que está na vida pública, de forma digna e corajosa, pela ética, pela transparência, pela voz aguerrida, V. Exa. tem defendido os anseios do seu Município e de todo o Estado de Minas Gerais. Durante a história de vida que construiu, com tanta luta e dignidade, V. Exa. não só fez, mas foi exemplo, registrando uma trajetória das mais bonitas nos anais da vida política, não somente na sua querida Teófilo Otôni, mas também no Estado de Minas Gerais. Quero dizer-lhe, olhando em seus olhos, que precisamos muito dessa trajetória ímpar, que dignifica o Parlamento mineiro e o nosso Estado, pelo seu posicionamento, pelos seus arrazoados e, principalmente, pela sua linguagem transparente, combativa e aguerrida, que tem tão bem defendido os interesses de nosso povo.

Vamos olhar, no retrovisor da história de V. Exa., tantos e tantos pronunciamentos que V. Exa. fez neste Parlamento, em defesa do povo mineiro. O Estado de Minas Gerais, a sua Teófilo Otôni têm muito a dever a V. Exa. e muito a guardar desse espírito democrático, ético. Principalmente pelo modo como V. Exa. tão bem tem participado da vida do Parlamento de Minas Gerais.

Digo isso porque reconheço e conheço V. Exa., sua vida e sua dedicação, exemplo para todos os parlamentares; para nós, um dos mais atuantes, brilhantes, cultos e inteligentes, que tanto tem dignificado a Casa de Minas Gerais. V. Exa. terá, como sempre, no Parlamento e onde estiver, essa vida bonita, sedimentada pela dignidade, pelo espírito de luta, principalmente pela vontade de sempre servir ao povo de Minas. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço-lhe, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Suas palavras me enternecem, no momento em que estamos decidindo outro rumo na vida. Sei que, às vezes, ao falar das minhas idéias, abrir meu coração e dizer o que sinto, posso até ferir alguém. Se firo alguém, creio ser por amor a minha pátria que o faço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta grande Casa, ouvintes da TV Assembléia, primeiro quero fazer minhas, Deputado Getúlio Neiva, as palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa. falava do seu tempo nesta Casa, e quero confirmar que não houve tempo como tempo decorrido, mas como uma passagem de V. Exa. por esta Assembléia, passagem que muito construiu. Estou aqui apenas há dois anos e já senti de perto o trabalho de V. Exa. Aprendi muito, e pode ter certeza de que estou levando daqui um aprendizado fantástico para outros rumos que, como a de V. Exa., também a minha vida tomará a partir de outubro deste ano.

O motivo de vir a esta tribuna é falar ao Deputado e Secretário de Esportes e da Juventude Gustavo Corrêa da nossa alegria pela sua visita ao meu Município na sexta-feira passada.

Tivemos a felicidade de receber esse jovem Secretário tão empenhado na recuperação e no resgate da juventude por meio do esporte. Encantou-nos o conhecimento e o domínio do assunto que o Secretário Gustavo Corrêa demonstrou em Cataguases quando entrevistado pela Multisom, uma das rádios locais, e, principalmente, quando se dirigiu a uma expressiva população concentrada no Taquara Preta, um dos grandes bairros de periferia da cidade. Gustavo assumiu publicamente seu compromisso com Cataguases, para onde levou várias quadras esportivas. Dirigiu-se ao Bairro Taquara Preta, onde, há 25 anos, foi lançada a pedra fundamental de um estádio municipal e, muito emocionado com o pedido da juventude e das crianças que se encontravam no local, assumiu também conosco o compromisso de lutar junto aos governos estadual e federal para que esse sonho do cataguasense se realize.

São homens como Gustavo, um jovem de 33 anos, que nos dão a convicção de que a política é o caminho para a construção de cidades e de Estados melhores e de um Brasil muito melhor. Gustavo Corrêa é um dos Secretários do nosso grande Governador Aécio Neves, a quem queremos parabenizar pela escolha e indicação e, além disso, por ter criado essa Secretaria, a fim de que fosse feito para os Municípios o que precisamos e que os Jogos Olímpicos nos mostraram, ou seja, dar oportunidade aos jovens de preparar-se realmente para a disputa olímpica e representar lá fora este Brasil que tanto amamos e queremos ver condecorado com muito mais medalhas de ouro.

Por isso, no compromisso da sua função de Secretário e de homem público, Gustavo assumiu o que lhes disse. Tenho certeza absoluta de que tudo acontecerá, porque Cataguases é uma cidade histórica e próspera que, além de fazer parte do contexto estadual, tem alta representatividade em todo o Brasil.

Gustavo, não poderia deixar de dirigir-me a você publicamente para dizer: muito obrigada. Nós, mineiros, orgulhamo-nos de você; nós, cataguasenses, somos felizes por ter estado com você na sexta-feira. Esperamos que volte. Estaremos de braços abertos para recebê-lo e mostrar para a juventude que hoje o jovem precisa realmente de ocupar os espaços públicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade que me dá nesta tarde. Nós dois nos orgulhamos muito, pois Gustavo é do DEM, nosso partido, que realmente sofre hoje uma mudança estratégica para contribuímos com os governos estadual e federal. Deixo aqui um abraço carinhoso ao Gustavo e um até breve. Obrigada.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Sr. Presidente, ilustre Deputado Doutor Viana; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, imprensa e público presentes; ontem à noite, esta Casa reuniu-se para realizar uma reunião especial em homenagem ao profissional de educação física. Essa importante homenagem foi realizada no Plenário desta Casa em prol de uma categoria, uma profissão, fundamental para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida do nosso povo e da nossa juventude. Quero externar hoje aos profissionais de educação física o reconhecimento de sua importância. Deixo claro que investir nesses profissionais, garantir a sua presença nas escolas públicas, na vida cotidiana do povo brasileiro, é de fundamental importância.

Na semana passada, Sr. Presidente, o ilustre Deputado João Leite ocupou esta tribuna e fez talvez um dos mais importantes pronunciamentos. O Deputado, em que pese ao mau desempenho do Brasil nas Olimpíadas, mostrava o que é o equívoco do ponto de vista dos investimentos nas categorias de base do esporte brasileiro, especialmente da falta de valorização da prática desportiva nas escolas, o esporte na escola como instrumento para formar celeiros de medalhistas do futuro. O Brasil não se saiu tão bem como esperávamos. Retrocedemos aos índices da Olimpíada de Atlanta, mostrando que ainda falta muito para o esporte no Brasil, e o Deputado João Leite chamou a atenção para esse fato.

Tem-se investido muito no esporte dos grandes clubes, mas pouco na criança em idade escolar. Esse modelo, Sr. Presidente, mostra que, quando se investe na criança e no esporte escolar especialmente, o resultado é infalível. O grande país campeão da Olimpíada de Pequim foi a todo-poderosa China, que deu um banho nos Estados Unidos da América, deu um capote, como se diz no popular, deu um canudo nos Estados Unidos, transformando-se na grande recordista em medalhas de ouro nos Jogos Olímpicos de Pequim. Qual é o modelo que a China usa para ter tantos atletas vitoriosos, medalhistas, nessa olimpíada? O investimento massivo na criança na escola. A criança é um grande alvo do governo chinês para formar medalhistas, atletas de qualidade, de alto nível, o esporte escolar como a grande ferramenta para a formação de desportistas campeões.

O Deputado João Leite chamou a atenção para o fato de que parece que Minas Gerais e o Brasil querem navegar na contramão da história. Ele disse que a competição Jogos do Interior de Minas Gerais - Jimi - não teve o devido incentivo. Mesmo com a emenda orçamentária aprovada na Comissão de Participação Popular, por meio de um encaminhamento da Frente Parlamentar de Defesa do Esporte desta Casa, e com o apoio de todos os parlamentares que compõem a Frente, ela ainda foi vetada.

Vários jovens das escolas do interior de Minas Gerais se viram impossibilitados de participar de algumas etapas dos Jogos do Interior de Minas - Jimi. Isso traz conseqüências perversas para o futuro do esporte amador em Minas Gerais, do esporte especializado e do esporte olímpico.

O mesmo ocorre com o incentivo para os Jogos Escolares - Jemg. Muitos alunos que poderiam estar participando desses jogos para se aprimorarem também se vêem impossibilitados de participar por falta de investimento, de orçamento do governo do Estado.

Sr. Presidente, muito se preocupa com os grandes clubes, com os grandes aglomerados desportivos - que têm, sim, a sua importância e cumprem o seu papel -, como o Cruzeiro Esporte Clube, o Minas Tênis Clube, o Clube Atlético Mineiro e as várias outras instituições que desempenham o seu papel. Mas se esses grandes clubes não estiverem em sintonia com o celeiro de novas gerações, de novos atletas, que é a categoria de base, o esporte escolar, eles por si só não darão conta do recado. Entrará e sairá olimpíada, e o Brasil continuará a configurar-se no grupo do segundo ou do terceiro mundo desportivo.

Quero, Sr. Presidente, referendar as palavras do ilustre Deputado João Leite e falar da importância de investir-se no esporte de base e no escolar, de investir-se no profissional da educação física, pois esse profissional é fundamental para orientar o jovem na prática correta do esporte. Só assim o esporte em Minas Gerais e no Brasil se desenvolverá.

Sr. Presidente, o problema me chamou muito à atenção e me deixou muito triste, por isso há uma semana venho a me lamentar profundamente nesta Casa Legislativa. Estou estarecido, entristecido e altamente preocupado com o destino do esporte de nossas crianças e com a visão dos nossos governantes mineiros em relação a incentivo para a prática desportiva da juventude.

Esta Casa aprovou um projeto de minha autoria, o chamado Bolsa-Atleta. Esse projeto foi aprovado em 1º e 2º turnos por unanimidade pelos Deputados e Deputadas desta Assembléia. Sr. Presidente, o objetivo desse projeto é criar no Estado, nos moldes do que já faz o governo federal, um incentivo financeiro para as crianças carentes que estão inseridas em algum programa de prática esportiva na escola, ou na escolinha do bairro, ou em algum clube. Observamos que várias crianças que fazem parte desses programas muitas vezes os abandonam no meio do caminho por não terem vale-transporte nem como fazer um lanche durante o período da prática esportiva.

Essas crianças, com uma ajuda de custo singela de R\$300,00 - a idéia é um pouco essa -, meio salário mínimo ou um pouco mais, para ajudar a auxiliar essas crianças carentes a permanecer no seu projeto esportivo, para prepará-las para as Olimpíadas de 2012 e 2016 no Rio de Janeiro.

Mas, Sr. Presidente, pasmem, o Governador do Estado, quando teve a oportunidade de sancionar o projeto, vetou-o, vetou o projeto aprovado por esta Casa, vetou o Bolsa-Atleta, Sr. Presidente, com o argumento de que o projeto fere os interesses públicos, com o argumento de que o Bolsa-Atleta é contrário aos interesses do Estado. Valha-me Deus! Se o Bolsa-Atleta, se o incentivo à prática esportiva dos jovens fere o interesse público do Estado, o que é então que não fere o interesse público do Estado? É continuar a condenar a juventude brasileira a ocupar as penitenciárias e as cadeias deste país ou do Estado? É continuar aumentando a população carcerária de Minas Gerais, que hoje já conta com enorme número de jovens de 18 a 29 anos ocupando a Nelson Hungria, a Dutra Ladeira, outras penitenciárias e as delegacias de polícia deste país? E esse jovem custa, para o Estado, R\$2.400,00 por mês, para a sua manutenção. É essa a visão do Governador do Estado? E isso não fere o interesse público? Dar uma ajuda de custo de R\$300,00 para manter um jovem carente na prática desportiva fere os interesses públicos? Os valores estão muito mudados, Sr. Presidente. A concepção neoliberal, talvez previda pela lógica meramente orçamentária, está, para mim, equivocada.

Então, esse veto oposto pelo Governador do Estado ao projeto de lei que foi soberanamente aprovado nesta Casa, que cria o Bolsa-Atleta em Minas Gerais, parece-me ser fruto de três opções: na primeira hipótese, o Governador, ao vetar, não leu o projeto, vetou sem saber o que estava vetando; na segunda, o Governador do Estado não tem a concepção de que é importante investir na juventude, com prática de esporte na escola e nos programas públicos de práticas desportivas - e, se não tem essa concepção, deve ter a de que é preferível ter o jovem na cadeia, no presídio -; ou então, Sr. Presidente, uma concepção, quem sabe, fruto - e, se assim o for, é perversa - das pressões do período eleitoral; talvez queira, em razão dessas pressões do período eleitoral, vetar um projeto de tamanha importância. Prefiro, Sr. Presidente, descartar a segunda e a terceira hipóteses. Prefiro não acreditar que ele não tem a compreensão da importância do Bolsa-Atleta. Prefiro também não acreditar que vetou em virtude das pressões eleitorais, porque o País está passando por um processo de amadurecimento da sua democracia. É inadmissível que práticas como essa ainda pautem o Palácio da Liberdade, assim como é inadmissível que os Palácios se unam para querer impor candidaturas a quem quer que seja. Prefiro ficar com a primeira opção: o Governador do Estado, ao vetar o projeto que cria

o Bolsa-Atleta em Minas Gerais, pode ter sido induzido a erro, pode ter vetado o projeto sem ter a devida dimensão do que estava fazendo. E, como ainda compete ao Plenário desta Casa avaliar o veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, fico no aguardo, na esperança e na certeza de que o Plenário da Casa do povo de Minas Gerais - os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas - haverá de derrubar o veto oposto pelo Sr. Governador do Estado. Aprovar o Bolsa-Atleta aqui, no Plenário desta Casa, derrubando o veto, é a melhor forma que temos para contribuir para o futuro da juventude brasileira, para as próximas olimpíadas. Faço também uma singela homenagem ao profissional que merece todo o nosso respeito, que é o profissional da educação física, os trabalhadores da área de educação física em Minas Gerais, a quem rendo as minhas homenagens. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de saudar a todos e a todas e deixar aqui a minha solidariedade, Deputado Carlin Moura, dizendo que vamos lutar muito para derrubar o veto no Plenário desta Casa. Se os Deputados votaram por unanimidade e aprovaram o Bolsa-Atleta, tem de prevalecer o sentimento e a vontade do povo de Minas Gerais. Esse foi um dos mais importantes projetos que tramitaram na Casa neste ano. Vamo-nos empenhar para derrubar o veto e ainda sensibilizar toda a base do governo para a importância da juventude, e mostrar que o nosso Estado, que tem uma grande potencialidade, pode formar futuros atletas, além da inclusão social.

Trago à tribuna as manchetes de todos os jornais desta terça-feira do Estado de Minas Gerais sobre a falta de energia elétrica na Região Metropolitana de Belo Horizonte. (- Lê: ) "BH, a cidade sem luz. No início da noite de ontem, 50 horas depois do temporal de sábado, ainda faltava energia elétrica em 36 bairros de Belo Horizonte. A falta de energia atingiu mais de 10 mil imóveis. Todos os semáforos desligados, prejudicando o trânsito." E prejudicou não só Belo Horizonte, mas também várias cidades da Região Metropolitana, e outras cidades do Estado. O jornal "O Tempo" anuncia o seguinte: "Cemig terá de ressarcir consumidor. Até a tarde de ontem, cerca de 10 mil pessoas continuavam sem energia elétrica em Belo Horizonte". A chuva aconteceu no sábado, e as pessoas ficaram sem energia sábado, domingo, segunda, e hoje é terça-feira e milhares de pessoas ainda estão sem a energia elétrica. Nossa pergunta é a seguinte: a Cemig sempre justificou o alto custo da energia elétrica em Minas Gerais, a mais cara do País, justamente pela qualidade. Mas não é o que estamos vendo, e a prova disso está aqui, na matéria divulgada em todos os jornais de circulação estadual e nacional. Após 72 horas, milhares de pessoas ainda se encontram sem a energia. Um absurdo! Estamos protocolando um ofício pedindo explicações à Cemig, e queremos saber se o consumidor vai ser ressarcido. Vários problemas aconteceram. Pessoas com doentes em casa ficaram sem energia elétrica, o que é muito sério, donos de padarias e pequenos comerciantes que custam a sobreviver perderam suas mercadorias e não tiveram como trabalhar. E ainda terão de pagar funcionários sem ter produzido nada. Por que isso aconteceu, se a nossa energia é de qualidade? Se, como disse a Cemig, fosse feita uma constante manutenção das redes, não seria uma simples chuva que levaria à queda de todo o sistema, deixando a população durante vários dias sem energia elétrica, que é um bem essencial. Queremos uma explicação por parte da Cemig, e que situações como essa não venham mais a ser manchete de jornal. Esperamos que, nos próximos dias, a Cemig realmente faça um balanço. Vamos encaminhar essas matérias para a Agência Nacional de Energia Elétrica, que também tem de tomar conhecimento da situação. A Cemig tem de investir mais na manutenção de suas redes, a fim de garantir a qualidade para o consumidor, que ainda paga uma energia muito cara. Recentemente tivemos uma grande vitória. Pela primeira vez em 56 anos houve uma redução de tarifa de energia elétrica em Minas Gerais. Foi uma campanha belíssima, que apaixonou toda a população. As pessoas entraram na campanha de coração e alma, ajudando a colher assinaturas em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Triângulo, Sul de Minas, Zona da Mata, Norte de Minas, enfim, em todas as regiões do Estado. Foram mais de 500 mil assinaturas. Fizemos a maior audiência pública de toda a história das concessionárias de energia elétrica aqui em Belo Horizonte. Estivemos presentes em Brasília e protocolamos vários requerimentos que foram aprovados aqui na Assembléia. O Deputado Federal Elismar Prado, da mesma forma, fez esse procedimento em Brasília. Estivemos várias vezes reunidos com a relatora do processo, Dra. Joisa. Foi uma grande vitória. Muitos não acreditavam que seria possível vencermos. Conseguimos garantir a economia para o consumidor de todo o Estado de Minas Gerais, em todas as regiões, de quase R\$1.000.000.000,00. As tarifas eram muito caras, e conseguimos a redução de 17%. Muitos também não acreditavam que conseguiríamos impedir a cobrança de taxa para chamar a polícia. Obtivemos também essa vitória. Impedimos, ainda, a cobrança da Taxa de Incêndio para todas as residências. Estamos agora com uma ação no Ministério Público relativa ao valor da água cobrado pela Copasa, que é muito alto. Nas próximas semanas há possibilidade de haver uma decisão judicial, pela qual esperamos. Realizaremos, aliás, uma audiência pública nesta Casa. Assim, esperamos conseguir mais essa redução. Em princípio, o Ministério Público já concordou, já detectou as irregularidades nas planilhas e já sinalizou a possibilidade da redução do valor da água. Estamos, assim, na esperança de uma decisão judicial para reduzir o valor da água cobrado pela Copasa. Retomando a questão da energia elétrica, foi uma campanha vitoriosa, pois obtivemos uma redução de 17%.

Uma outra luta nossa nesta Casa é a diminuição - a propósito, o meu projeto já está tramitando - do ICMS da conta de energia elétrica da Cemig. O ICMS de Minas também é o mais caro do Brasil. Para as residências, na cobrança por dentro, chega a 42%. É o mais caro do Brasil, repito, maior do que os de Goiás, São Paulo e Brasília. Então, não se justifica ter um ICMS tão alto como esse. A carga tributária no nosso país já é muito pesada. Os pequenos e médios empresários sentem isso na pele. Temos necessidade de uma reforma tributária, e o Deputado Federal Elismar Prado apresentou uma emenda ao projeto de reforma tributária fixando o valor máximo da cobrança de ICMS em 25%. Não justifica que nosso Estado, um dos mais ricos da Federação, que aliás está tendo um grande desenvolvimento, cobre um ICMS mais caro do que outros Estados. Um exemplo é o álcool, cujo ICMS em Minas Gerais é de 25%; em Goiás é de 15%; em São Paulo, 12%. É um grande contra-senso, pois aqui é um dos Estados que mais produz álcool. Essa redução poderia chegar às bombas, beneficiando, assim, o bolso do consumidor, isso para quem tem veículo a álcool ou "flex". Fica, então, a nossa solicitação à Mesa de que os nossos dois projetos sejam colocados em pauta. O primeiro visa reduzir o ICMS da conta de energia elétrica da Cemig. O segundo objetiva diminuir o ICMS do álcool combustível, passando de 25% para 12% no Estado de Minas Gerais, igualando-se ao Estado de São Paulo. Trago a esta tribuna um outro ponto. É com imensa alegria que trago ao conhecimento de V. Exas. a manchete do "Correio de Uberlândia" que diz: "UFU cria acesso exclusivo para estudantes de escolas públicas". Uma outra notícia diz respeito à criação do curso de Jornalismo por aquela entidade, que era uma luta nossa histórica. Há muitos anos defendemos a implementação desse curso na Universidade Federal de Uberlândia. Estive semana passada com o Reitor Arquimedes e, hoje, vejo que isso é uma realidade. Assim, haverá o curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, com 40 vagas anuais, no horário diurno integral. Haverá também o curso de Relações Internacionais, com 40 vagas. Ficamos muito felizes pela criação desses dois novos cursos. Ainda, no caderno "Revista" do "Correio de Uberlândia", há a seguinte manchete: "Conservatório enfrenta dificuldades". Estamos apresentando um requerimento solicitando, o mais rápido possível, a garantia da acessibilidade, que não há, aos deficientes físicos no conservatório, além de garantir o bom funcionamento para a entidade. Os alunos hoje é que estão ajudando a manter as despesas do conservatório, cujos instrumentos estão estragados, acumulados numa sala do prédio. O maior desafio ainda é melhorar a estrutura física, que é muito ruim.

Falta tudo no Conservatório. Não há estrutura física, não existem instrumentos. Há é muita boa-vontade dos alunos, da comunidade e dos professores, que são verdadeiros guerreiros, pois, sem condições, conseguem fazer um belíssimo trabalho. Solicitamos que o governo resolva, o mais rápido possível, esse problema do Conservatório Estadual de Uberlândia, assim como o dos demais conservatórios de nosso Estado que também estão enfrentando dificuldades. Esperamos que o governo tome as devidas providências.

Outro ponto é relativo à Escola Estadual do Parque São Jorge. Houve uma fusão de turmas, e 43 alunos foram obrigados a estudar em uma sala de 40m<sup>2</sup> apenas. Esse absurdo, sobre o qual a TV Globo até fez uma reportagem, causou grande revolta em todos. Solicitamos providências também para esse problema.

Também apresentamos requerimento relativo à emissão da Carteira Nacional de Habilitação - CNH -, tema sobre o qual esperamos realizar audiência pública a fim de sensibilizarmos as autoridades. A centralização do serviço de impressão de CNH revoltou toda a população de Uberlândia e do Triângulo. Havia a descentralização, muito comemorada por todos, em Uberlândia, que atendia a todo o Triângulo. O governo desativou as gráficas do interior do Estado, como a de Uberlândia, e esse problema existe em todo o interior do Estado, causando muita revolta. O cidadão, com a impressão descentralizada, receberia sua CNH em, no máximo, cinco dias. Agora, com a centralização, serão necessários mais de 70 dias. O cidadão esperará por mais de dois meses a confecção de sua CNH. Solicitamos providências também para esse problema. Não podemos andar para trás; devemos, sim, avançar. Infelizmente, isso não está ocorrendo. Esse tipo de burocracia dificultará



muito a vida das pessoas que moram no interior de Minas.

Outro requerimento visa aparelhar melhor o Corpo de Bombeiros. Votamos nesta Casa contra a Taxa de Incêndio para o comércio e para as indústrias e conseguimos impedir sua cobrança para as residências; todavia, ainda há o sério problema de falta de equipamentos nas instituições do Corpo de Bombeiros em Minas Gerais. Falta a escada magirus, assim como o desfibrilador cardíaco. Solicitamos que sejam destinados recursos para cobrir essas pendências.

Mais uma vez, queria agradecer ao Presidente, a quem solicito que nossos projetos relativos à redução do ICMS sejam colocados em votação. O Deputado que seja contra o projeto precisa posicionar-se explicando o porquê de ser contra a redução do ICMS da conta de energia elétrica, que em nosso Estado é uma das mais caras do Brasil, pois chega a 42%. Ele precisa explicar porque é contra a redução de 25% para 12% relativamente ao álcool combustível, cujo índice em São Paulo é de 12%. Novamente solicitamos à Mesa que nossos projetos sejam apreciados nesta Casa. Caso algum Deputado seja contra o projeto, que se posicione, que se utilize desta tribuna para dizer que é contra a redução do ICMS da energia elétrica, votando posteriormente contra o projeto. Democracia é isso. Estaremos aqui para votar favoravelmente a essa redução, que defenderemos enquanto não é realizada a reforma tributária federal, que certamente limitará o valor máximo cobrado de ICMS em todos os Estados da Federação e acabará com a guerra fiscal, que prejudica muito Minas Gerais. Essa reforma definirá uma alíquota única para todos os Estados ou alíquotas de acordo com a realidade de cada região. Que seja feito tal estudo e que seja aprovada, o mais rápido possível, essa reforma tributária. No entanto, nada disso impede que nossos projetos sejam apreciados e votados nesta Casa.

Esperamos que o ano eleitoral não impeça o debate de assuntos importantes, como os já citados. É necessário mobilidade para resolvermos os problemas, que são latentes, em relação ao Corpo de Bombeiros, à confecção da CNH para toda a população do interior de Minas, especialmente Uberlândia e o Triângulo, e à recuperação dos conservatórios, que estão em situação de penúria, sendo necessário melhor estruturá-los e equipá-los.

Há ainda o problema da Escola Estadual do Bairro Parque de São Jorge, em Uberlândia, e a necessidade da melhora de qualidade dos serviços prestados pela Cemig quanto à manutenção das redes elétricas, para não haver outros apagões. Belo Horizonte e a Região Metropolitana, de sábado até hoje, vivenciaram um verdadeiro apagão. Esperamos que esses problemas sejam resolvidos o mais rápido possível.

78ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos 3/9/2008

O Deputado Carlos Mosconi\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia.

Gostaria de fazer um breve relato de uma audiência que tivemos ontem, em Brasília, Sr. Presidente, com o Ministro do Trabalho, Sr. Carlos Lupi. Essa audiência foi marcada pela Comissão de Saúde. Estivemos lá com os Deputados Carlos Pimenta e Hely Tarquínio, acompanhando as representações que passarei a nominar.

Antes, gostaria de esclarecer que essa audiência se deveu a uma reunião que tivemos na Comissão de Saúde, há poucos meses, quando recebemos a denúncia trazida a nós pelo Presidente do Sindicato dos Hospitais de Minas Gerais, Dr. Castinaldo. Na oportunidade, ele, juntamente com alguns outros representantes do setor, levou-nos a informação de que vários hospitais de Minas Gerais, principalmente de Belo Horizonte, estavam sendo multados pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho em razão da realização, nesses hospitais, de trabalhos prestados por profissionais ligados às cooperativas médicas. Segundo autoridades dessas duas instituições, tal prática caracterizava uma irregularidade, pois a lei estaria sendo burlada, já que os médicos dessas cooperativas trabalhavam nos hospitais sem vínculo empregatício. Em seguida, Sr. Presidente, marcamos uma audiência pública na Comissão de Saúde que contou com a presença de autoridades de várias entidades hospitalares e médicas do Estado, assim como dos representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Essa audiência se realizou há poucas semanas, a fim de aprofundarmos-nos na discussão. O tema é importante, já que 26 ou 27 hospitais de Minas Gerais foram multados pela razão citada, com multas extremamente elevadas, as quais ultrapassam R\$12.000.000,00, R\$13.000.000,00, principalmente se considerarmos que os hospitais, atualmente, se encontram em situação de penúria. Pela indefinição financeira do sistema de saúde, eles não têm a mínima condição de fazer frente a multas desse valor. Nessa audiência pública, fizemos uma avaliação. Ouvimos todos os interessados, como os representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério Público, quando entendemos, como já entendíamos antes, que não se tratava, de maneira alguma, de irregularidade frente à legislação vigente. Na realidade, as cooperativas médicas, existentes em Minas Gerais há muitos anos, foram criadas com o objetivo de defender os interesses da classe médica. Entretanto, muitas vezes o Ministério Público entende que a cooperativa age contra o médico, que deveria trabalhar com vínculo empregatício, com salário definido, com carteira registrada, com as garantias de previdência social, de 13º salário etc. Todavia, esse não é o caso. Ficou bem claro para nós, como já imaginávamos, que os médicos buscaram a criação dessas cooperativas a fim de se defenderem e trabalharem de forma conjunta nesses hospitais, ao invés de isoladamente. Não há, nem de longe, qualquer vínculo empregatício, já que não existe carga horária definida nem salário definido e os trabalhos desses médicos é realizado de maneira eventual, não rotineira. Pode o médico, durante determinado período, trabalhar pela manhã e, em outros períodos, à tarde. O regime é muito diferente daquele profissional que tem sua carga horária definida, como o caso dos plantonistas, que trabalham das 7 às 19 horas, fazendo 12 horas de trabalho em determinado dia, ou, às vezes, realizar uma carga horária de 24 horas semanais, com um salário definido. Isso é diferente. No caso das cooperativas, não existe nenhum vínculo ou parâmetro que, de forma objetiva, que caracterize vínculo empregatício. De posse dessas informações, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, estivemos - eu e os Deputados Carlos Pimenta e Hely Tarquínio, juntamente com o Sr. Wladimir Rodrigues Dias, Consultor jurídico da Casa, cuja presença foi muito importante - em Brasília, ontem, em uma audiência com o Ministro Carlos Lupi e com os técnicos do Ministério, Srs. Leonardo Soares e Sr. Álvaro Guimarães. Estavam conosco também representantes do Conselho Regional de Medicina, do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, da Associação Médica, do Sindicato dos Hospitais, da Associação dos Hospitais e da Federação Nacional das Cooperativas Médicas.

Sr. Presidente, fomos muito bem recebidos pelo Ministro, durante uma longa reunião, que contou com a presença também de sua assessoria. Explicamos ao Ministro e a seus assessores o que estava ocorrendo em Minas Gerais. Estamos muito preocupados com uma situação que está surgindo em nosso Estado: total impossibilidade de funcionamento dos hospitais se essas multas vigorarem. Assim os hospitais não terão condições de efetuar esse pagamento, pois são quantias vultosas, e os hospitais, naturalmente, não têm a menor possibilidade de fazer frente a esse encargo. Além de tudo, isso é injusto. Expusemos tudo ao Ministro, que entendeu a situação. Na oportunidade, ele nos disse: "Estamos pensando que a situação não era essa, mas que, na realidade, as cooperativas estavam existindo para burlar a lei". Ele sentiu, na nossa argumentação, que a situação é totalmente diversa daquela que ele imaginava. Ou seja, as cooperativas possuem embasamento legal e podem funcionar perfeitamente, sem causar nenhum prejuízo ao Estado e ao País, agindo rigorosamente dentro da lei, até em defesa da atividade do profissional médico, que tem direito de trabalhar com autonomia. O exercício liberal de sua profissão está garantido na Constituição, na lei. Não há nada que impeça o profissional médico de trabalhar dessa maneira. Portanto tivemos uma longa conversa, todos expuseram suas idéias, e o Ministro entendeu nosso posicionamento. Obtivemos alguns avanços, que consideramos muito importantes, sobre os quais falarei daqui a pouco.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Corroboro o exposto no pronunciamento do ilustre Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Carlos Mosconi. Essa ação da Comissão de Saúde ontem, em Brasília, foi, na verdade, um trabalho feito em nível nacional. Ocorre com as cooperativas de outros Estados o mesmo que está acontecendo com as cooperativas médicas de Minas Gerais. Quero louvar essa ação. Além da posição da Comissão de Saúde, que marcou um ponto muito importante, penso que ainda vamos avançar bastante. Acredito que, só em Belo Horizonte, se somarmos todas as multas efetuadas de uma forma genérica, sem examinarmos caso a caso, obteremos mais de

R\$120.000.000,00. Seria o caos. Imaginem os hospitais de Minas Gerais, que já estão combalidos, sem a ajuda do governo federal, trabalhando com a tabela do SUS defasada há mais de 10 anos, pagando para atender os pacientes do referido sistema. Se esses hospitais fossem multados, seria decretada sua falência. O Ministro Lupi foi bastante receptivo e coordenou as ações. A partir de agora, a Comissão de Saúde dará um passo importante, que é se reunir com todos esses órgãos e normatizar essa relação médico-hospital - médicos autônomos que não têm vínculos com nenhum hospital -, pois os hospitais estão sendo multados em virtude dos convênios que têm com planos de saúde.

Parabéns, Deputado Carlos Mosconi. A Comissão de Saúde está dando um grande exemplo, com a sua descentralização. Quando é necessário, vamos a Brasília, aos Municípios do Estado. Esta Comissão tem obtido resultados importantes e palpáveis. Neste ano conseguimos, por meio de nossas ações, contar com recursos que não fariam parte da receita da Secretaria de Saúde. Ou seja, conseguimos aumentar quase R\$240.000.000,00 aos recursos da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, por meio de nossas ações. Parabéns.

O Deputado Carlos Mosconi\* - Agradeço o aparte de V. Exa., que acrescenta informações importantes ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, tivemos a anuência do Ministro para estendermos essa reunião para Belo Horizonte, a fim de que se pudesse dar continuidade aos trabalhos com o aval do Ministério do Trabalho, de modo que as coisas sejam entendidas de uma maneira mais clara pelos participantes. A situação não era como se imaginava. Tínhamos a impressão, em razão dos fatos ocorridos, de que já havia uma espécie de sentença contra as cooperativas médicas, contra os hospitais, o que não seria plausível. Como resultado palpável da reunião, tivemos o seguinte: primeiro, o reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, da existência de um espaço para conversação e da possibilidade de a fiscalização ampliar os seus instrumentos de análise levando em consideração a questão das relações jurídicas entre médicos, hospitais e sociedades cooperativas; segundo, realização de uma nova reunião nos próximos dias, com a finalidade de discutir parâmetros de atuação da fiscalização nesses casos. Sr. Presidente, essa reunião foi marcada para a próxima terça-feira, aqui em Belo Horizonte, e será realizada em local da representação do Ministério do Trabalho nesta Capital, com as pessoas convidadas, que estiveram em Brasília, todas aquelas pessoas, instituições, entidades médicas e hospitalares. A Comissão de Saúde também estará presente. Sr. Presidente, queria dar essa notícia, que tranqüiliza os hospitais mineiros que estão nessa situação precária e preocupante. Com a reunião de ontem, conseguimos um alento, avançar mais e até mesmo criar a expectativa de que a situação seja resolvida favoravelmente. Entendemos, e o Ministro também declarou que entendia, que a situação era diferente daquela que foi apresentada ontem lá. E foi apresentada com todas as letras e de forma inofensível pelas entidades que ali estavam. Portanto, em nenhum momento ele duvidou do que estava sendo colocado ali oficialmente, com dados e documentos. Isso nos dá a esperança de que a situação seja mudada em benefício do exercício da atividade médica, através das cooperativas, o que é absolutamente legal. E em benefício do funcionamento pleno desses hospitais que já vivem com tanta dificuldade em nosso Estado. Mas, sobretudo, Sr. Presidente, em benefício de um ato de justiça que será praticado em Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão orador.

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, quero trazer a esta tribuna um tema que reforça, de certa forma, o nosso pensamento, embora derrotados aqui nesta Casa, precisamente no Plenário. Mas o Tribunal de Justiça de Minas Gerais entendeu que o posicionamento que sempre defendemos está certo. Lerei na íntegra a decisão do Tribunal de Justiça, que suspende lei que autoriza averbação de reserva legal em outra região fora da bacia e do local onde se dá o impacto socioambiental: "A necessária regulamentação da compensação da área de reserva legal, defendida em reuniões e ações por Promotores de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, levou o Procurador-Geral de Justiça Jarbas Soares Júnior a propor uma ação direta de inconstitucionalidade. Em face de a Assembléia de Minas questionar parte da legislação que dispõe sobre política florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, por maioria, 15 votos a 2, a Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em sessão realizada no dia 27 de agosto, julgou procedente essa ação direta de inconstitucionalidade. De acordo com a inicial, os dispositivos da lei tratavam com desmedida benevolência o tema da compensação da reserva legal, além de permitir a criação dessa área fora do ecossistema em que se verificou o dano. A lei facultava a aquisição de títulos em quantidade correspondente à área de reserva legal a ser reconstituída. Dessa forma, a inexistência de reserva legal no Estado poderia ser compensada com a área localizada em até outro Estado da Federação integrante ou não da mesma bacia ou, ainda, por meio da aquisição de título.

A decisão do Tribunal de Justiça declara inconstitucionais os incisos V, VI e VII do art. 17 da Lei nº 14.309, de 2002, bem como os incisos V e VI e o § 6º do art. 19 do Decreto Estadual nº 43.710, de 2004. Põe fim, então, a uma prática que contribuía para que um espaço territorial fosse completamente devastado, com perdas irreparáveis ao meio ambiente, podendo, aliás, na outra área, impossibilitar uma série de atividades. Averbada essa área, o Município inteiro poderia ficar comprometido, sem ter plano de manejo para as matas e florestas em recomposição.

No acórdão do Tribunal de Justiça, o Desembargador Herculano Rodrigues, em seu voto, afirma que as referidas normas estaduais extrapolam a competência concorrente do Estado prevista no art. 10 da Constituição, uma vez que a legislação federal que disciplina a matéria já determina que a recomposição da reserva legal nos imóveis rurais, implementada mediante compensação, somente é possível se houver outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia. Entendemos ser científico, é essencial para manter os mananciais porque é a partir da vegetação que a água da chuva se infiltra no solo. Por isso, nunca devemos desmatar topos de morro, áreas com declive e ângulo superior a 45º, para que não haja erosão ou assoreamento. É preciso facilitar a recarga para todas as nascentes, uma vez que a biodiversidade favorece centenas de raízes e microorganismos, possibilitando a infiltração da água da chuva. Quando não há vegetação, essa água corre logo, vai lavando o solo fértil e provocando erosão e assoreamento.

O Desembargador Wander Marotta acompanhou o voto e fez algumas considerações a respeito do instituto da reserva legal.

Se o Estado permitir que a reserva legal seja averbada em região diversa da que foi devastada, o instituto perde a finalidade e fica esvaziado de conteúdo. Além de a lei estadual em exame permitir que o meio ambiente de um dado espaço territorial seja completamente devastado, a autorização para que a reserva legal seja instituída em outra região pode vir a impedir o desenvolvimento econômico de locais com terras menos férteis.

Impedir a diversidade econômica de forma que todo um Município ou grande parte dele seja considerado reserva se alguém ou alguma empresa adquirir essas propriedades. Ele cita como exemplo o Triângulo Mineiro, que tem terras valiosas e produtivas.

Os empresários vão fatalmente adquirir as terras da região, já desenvolvidas economicamente, e instituir, segundo a lei estadual, áreas de reserva no Norte de Minas, região menos desenvolvida e que terá o seu próprio desenvolvimento econômico inviabilizado, caso todos os proprietários de terra no Triângulo resolvam averbar ali as suas áreas de reserva legal, conforme argumenta o Desembargador Wander Marotta, a quem cumprimentamos pela compreensão e saudamos com louvor.

O Desembargador conclui que a lei estadual questionada é, por tudo isso, uma lei com reflexos terríveis e perversos, mais uma vez contrariando tudo o que se sabe de economicidade, além da própria ideologia da Constituição, art. 70, inciso IV. As regiões mais pobres do Estado serão prejudicadas.

Sr. Presidente, temos todo o histórico do que aconteceu desde junho, por isso gostaríamos de cumprimentá-lo por essa vitória, que é a vitória

do planeta, de toda a humanidade, quando se garante, pela Justiça, que todos, em toda parte, tenham o desenvolvimento com responsabilidade. Devemos garantir espaço para todas as criaturas e qualidade de vida para todas elas, inclusive vida para a água, para as matas, para os microorganismos e para toda a biodiversidade, porque é todo esse conjunto que vai garantir qualidade de vida para a humanidade. Lamentavelmente, muitos não compreendem isso e exploram a terra, que não é para ser explorada, mas cultivada, o que é muito diferente. No cultivo há respeito e amor pela mãe, que é a terra que nos alimenta no dia-a-dia.

Por essa razão, cumprimento o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por essa decisão do dia 27 de agosto. Não somos contra o desenvolvimento, mas, de fato, é um absurdo não garantir as áreas de conservação, as nossas matas, em cada propriedade. Isso porque o fato de haver desmatamento em outras áreas e bacias é que leva à escassez de todas as nascentes das áreas totalmente devastadas.

Então, em cada propriedade, deve haver garantia da permanência da vegetação, das matas e da biodiversidade. É assim que teremos, em todo canto, a água. Temos clareza e convicção, em sintonia com a própria CNBB, de reafirmar que a água é a fonte da vida e deve ser preservada.

Mais uma vez, saudamos, pois se trata de uma grande conquista. Ainda temos muitos problemas, como emendas "frankenstein", que foram incluídas em áreas e precisam ser discutidas. Lamentavelmente, quando não há lucidez do Legislativo, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público devem decidir. No âmbito federal, também algumas outras decisões têm sido tomadas, às vezes com uma postura equivocada, mas porque houve omissão do Legislativo. Portanto, quando há omissão do Legislativo e também "tratoramento" por parte de seus membros, que não discutem os temas nem buscam o consenso, temos de apelar ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça. Assim, parabenizamos essa decisão, que significa a vitória do planeta, de todo o povo, não apenas mineiro, mas de toda a humanidade. Essa é a grande vitória das próximas gerações. Infelizmente houve um equívoco nesta Casa, mas ele foi reparado a tempo, felizmente. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, inicialmente manifesto minha alegria pelo convite que recebi da Associação dos Avicultores de Minas Gerais - Avimig. Essa associação tem um papel importantíssimo nessa atividade que hoje emprega milhares de pessoas em Minas e responde por boa parcela da exportação do setor agropecuário. Minas Gerais já se consolida como um dos maiores produtores de carne de aves do mundo, obviamente situando-se muito bem no "ranking" brasileiro, e o faz com muita competência e qualidade. A Avimig desempenha um papel fundamental, e não apenas de representação da classe dos avicultores mas trabalhando sempre para levar mais conhecimento e tecnologia, a fim de fazer a defesa institucional da classe.

Hoje, na abertura da 28ª Festa Estadual do Frango e do Suíno, na nossa querida Pará de Minas, teremos tudo o que é de praxe em um evento dessa natureza: presença de avicultores, produtores, trabalhadores, autoridades e todo um conjunto de atividades que ocupam o parque de exposições de Pará de Minas - equipamentos, tecnologias, palestras, enfim, tudo o que está relacionado com esse segmento de produção animal. No entanto, além de tudo isso, teremos um momento histórico: o lançamento, pela Avimig, em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura, do Fundo Privado de Emergência Sanitária.

Essa é uma iniciativa dos próprios produtores mineiros de aves que compreenderam o momento de globalização da economia - por mais que não gostemos desse termo ou de algumas consequências negativas que ele traz, se ignoramos um problema, não conseguimos posicionar-nos corretamente para enfrentar os desafios e superar os obstáculos. Hoje, considerando a competitividade mundial, um dos mais fortes problemas que enfrentamos são as barreiras sanitárias. Se um país que exporta principalmente produtos alimentícios não tiver um controle sanitário rigoroso e credibilidade nesse controle, não vai chegar aos mercados internacionais, o que penaliza o produtor, que não consegue ter um preço competitivo.

Assim, esse fundo vem como uma iniciativa dos próprios avicultores que vão contribuir com determinado percentual por tonelada de alimento exportado, para formar uma reserva financeira que será uma garantia dos próprios produtores, dos próprios avicultores - portanto, do País -, para enfrentarem alguma situação de risco sanitário. Sou médico veterinário e sei do que estou falando, mas vou tratar de algo de que hoje praticamente todos têm conhecimento: a situação que se instala com as doenças que podem ocorrer na avicultura. Infelizmente, há doenças relativamente novas, do ponto de vista do seu efeito na economia mundial, mas que não são de fato algo muito novo, a não ser algumas mutações genéticas, até mesmo dos vírus. Entre essas doenças destaca-se a gripe aviária, que dizimou milhões de aves na China e em outros países do Oriente e trouxe enormes transtornos na Europa. Quando a gripe aviária ocorre, é preciso tomar uma atitude radical de abater, incinerar e fazer desaparecerem milhares e milhares de aves. Não podemos sair fazendo exames para ver qual ave está doente: em primeiro lugar porque não há cura para essa doença; em segundo lugar, porque a contaminação é desastrosa; e, por fim, obviamente, porque ela pode levar o ser humano à morte.

No Brasil, graças a Deus não temos essa doença - nossa produção de avicultura tem sido feita com seriedade e controle. Mas os organismos internacionais querem ter a garantia de que no Brasil estamos tratando do assunto com seriedade; querem ter a tranquilidade de saber que, se um produtor perceber que tem uma ave doente e que pode ser uma doença como essa, não vai ficar com medo de denunciar, nem ficar receoso de matar, incinerar, queimar ou enterrar todo o seu plantel porque teria um prejuízo que tornaria inviável sua atividade. Os mercados internacionais querem ter a garantia de que o País está preparado para agir caso ocorra não só uma doença como a gripe aviária, mas qualquer doença perigosa e contagiosa pela qual se exige o extermínio do plantel - prática relativamente freqüente em avicultura e mesmo em suinocultura. Ora, os mercados internacionais querem essa garantia; já para que o produtor, caso perceba alguma doença, comunique imediatamente às autoridades sanitárias e, se necessário, extermine todo o rebanho, ele precisa ter uma segurança, uma garantia de que vai ser indenizado, de que não vai acabar com seu meio vida, com todo o seu patrimônio, endividando-se.

Isso é importantíssimo do ponto de vista estratégico, conferindo confiabilidade ao País, não só no mercado interno como também nos mercados internacionais. E a Avimig, compreendendo esse momento novo na economia mundial - aliás, não tão novo, mas que veio para ficar, que é definitivo - em que os países estão cada dia mais rigorosos em relação às barreiras sanitárias, tomou a iniciativa de propor a criação desse fundo e reuniu-se com o Secretário de Agricultura, Gilman Viana, e o Diretor do Ima, Dr. Altino Rodrigues, que analisaram a melhor alternativa.

Esse fundo será criado a partir da 28ª Festa do Frango, com a iniciativa privada somada ao apoio do governo do Estado, para que Minas Gerais saia na frente e mostre que temos uma avicultura e uma suinocultura competitivas e, acima de tudo, qualidade sanitária não só para o mercado interno, o que é muito importante e muito bom. Que tenhamos a tranquilidade de saber que o frango que compramos no supermercado, que hoje faz parte da mesa da maioria dos brasileiros, uma das carnes mais consumidas, é de boa qualidade e tem saúde. Os produtores de frango são pessoas sérias, preocupadas em garantir essa saúde, a ponto de investir e criar um fundo próprio para que, na hipótese de haver uma calamidade e terem que sacrificar o plantel, possam fazer isso sem quebrar ou sucumbir diante da situação. Portanto, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Avimig e anunciar a criação desse fundo, um exemplo que deve ser seguido por outros segmentos.

Quero referir-me a um outro segmento que também conheço razoavelmente porque sou pequeno produtor, que é o da bovinocultura de corte, o gado de corte. Em Minas Gerais há um problema sério. Temos a chamada zona-tampão, ou uma área que não está totalmente liberada para exportação de carne. São duzentos e vinte e poucos Municípios, incluindo Pará de Minas, Divinópolis e todo o Centro-Oeste mineiro. Isso é um crime contra o produtor rural, uma discriminação, como se essas 220 cidades estivessem contaminadas. Elas não podem exportar para a Europa.

Sabe quando houve aftosa lá pela última vez? Em 1994. Depois disso, houve aftosa até em outras partes do País onde não há esse mesmo rigor. Em Minas Gerais não há aftosa, e as condições sanitárias do Centro-Oeste mineiro não são em nada piores ou menos seguras do que as do Triângulo Mineiro, do Sul ou do Norte de Minas. Cito como exemplo Carmo da Mata, onde acompanhei a implantação de um programa, do IMA em parceria com o próprio Município, em que houve o acompanhamento com profissionais do IMA, da Prefeitura e do sindicato rural em 100% da vacinação contra a aftosa. Esse Município está no Centro-Oeste mineiro, é exemplo para Minas e para o Brasil e não pode exportar para a União Européia, está proibido. Isso significa que o produtor que está nessas 220 cidades, ao vender um boi gordo, um animal pronto para o abate, tem um prejuízo de 10% no valor do animal. Já imaginou o que é isso? Num animal de R\$1.500,00, ele tem um prejuízo de R\$150,00, que seria o seu lucrinho. O produtor tem esse prejuízo porque o frigorífico de exportação paga um preço melhor, mas não podemos entregar para o frigorífico de exportação. Isso está mudando, e estou cobrando a mudança, assim como o Dr. Altino e o Secretário Gilman. Estamos trabalhando para que o Ministério da Agricultura e as missões da Comunidade Econômica Européia compreendam que não é justo esse tratamento discriminatório para com alguns produtores de Minas Gerais.

Espero que em breve tenhamos esse problema totalmente resolvido. Resolvendo esse problema e estabelecendo que não temos aftosa em Minas Gerais, temos que ser mais arrojados, a exemplo dos agricultores, ainda que tenhamos de criar um fundo para a bovinocultura de corte. Precisamos ser respeitados no mundo inteiro como um Estado que produz animais de qualidade, para não aparecer, a toda hora, um país querendo impedir a nossa exportação baseando-se em barreiras sanitárias. Isso é uma verdadeira perseguição e prejudica o nosso produtor.

Falando ainda em produtor, agora estou preocupado com o produtor de leite. No momento em que começou a melhorar a situação para o produtor de leite, ainda em plena seca, as grandes multinacionais começam a baixar o preço do leite. Pesquisei isso, Deputados José Henrique e Jayro Lessa e Deputada Elisa Costa, para saber por que estão baixando o preço do leite para o produtor se não há leite sobrando, se estamos em plena entressafra e ainda não entramos no período das chuvas. Minas Gerais é o maior produtor de leite do Brasil. As pastagens estão secas, os animais estão no cocho sendo tratados com alimentação cara, o produtor com um custo maior. Como ele vai receber menos? Estão importando milhões de toneladas de leite em pó.

O dólar está caindo e ficou mais fácil a importação. Um país que tem produto para mandar para fora está importando leite em pó. Nessa hora, a "senhora" Nestlé e outras grandes companhias não têm a menor sensibilidade para com o nosso produtor. É preciso haver uma atitude do governo federal de criar mecanismos que protejam o nosso produtor. Os produtores lá de fora têm subsídio agrícola, ou seja, recebem do governo para produzir, mas os daqui não. Pagamos imposto para produzir - aliás, pagamos muito. No momento em que o nosso produto tem o mínimo de competitividade, surgem milhões de toneladas de leite, que é reidratado ou usado para a produção de derivados, e acaba com a vida do produtor.

Portanto, é preciso uma atitude firme do governo. Se estão importando, e aqui dentro tem o produto, então que se estabeleça um imposto mais alto para que esse produto entre aqui, a fim de compensar os subsídios que se obtiveram lá fora. É preciso ter pulso para fazer isso. Não é admissível que o governo continue quietinho, o nosso produtor rural indo lá falência e as multinacionais voltando a fazer cartel de leite. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade - tem de tomar conhecimento disso. Eles se reúnem lá, tomando uísque 15 anos, e decidem: vamos anunciar que, a partir do mês que vem, será R\$0,10 a menos. E ainda, se quiserem, entregam; se não quiserem, eles não entregam. Porém, quem produz leite não tem essa opção, pois o produto é perecível. Se retirou o leite, é preciso entregá-lo em poucas horas; do contrário, perde-se o produto. Não há como armazená-lo nem mudar de fornecedor ou de comprador de um dia para o outro. O governo tem de agir, mas infelizmente não está agindo em relação a isso. O produtor de leite já está entrando novamente em desespero.

Se, por um lado, o momento que estamos vivendo é positivo, já que a agricultura brasileira está crescendo - aliás, vem aí mais recorde de safra - e o produtor está trabalhando, por outro, faltam políticas que defendam esse produtor. Ele próprio se organiza, como a Avimig, toma iniciativa e cria um fundo privado; todavia algumas coisas que dependem das iniciativas do governo federal infelizmente não surgem. Continua aí o adubo a preços exorbitantes e impostos altíssimos em cima do adubo e de máquinas agrícolas. Precisamos de uma atitude concreta em defesa de todos os produtores, o de economia familiar, o médio produtor ou mesmo aquele que emprega e trabalha numa economia de escala maior. Portanto todos são importantes para a economia brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Jayro Lessa - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, cara amiga Elisa Costa, e principalmente os senhores de Mariana, cidade próxima de Belo Horizonte, o que me traz a esta tribuna nesta tarde de quarta-feira é uma matéria publicada hoje, no jornal "O Tempo", com o título: "Ministério Público investiga compra de votos na cidade de Mariana". Passarei a ler a matéria.

"Gravações entregues ao Ministério Público - MP - podem complicar ainda mais o candidato a Prefeito de Mariana e o atual Vice-Prefeito Roque Camello - PSDB -, acusado de compra de votos por adversários. Nos diálogos - aos quais 'O Tempo' teve acesso -, o candidato a Vereador Dan Mol - PPS - teria sido assediado com R\$15.000,00 para deixar de apoiar o candidato majoritário de sua coligação, Duarte Júnior - PPS -, o Du, para apoiar a campanha de Roque Camello.

Segundo Ernani Henrique, advogado da coligação "Mariana de Cara Nova" - composta pelo PPS, PSC, PRB, PCdoB e PTdoB -, foi requisitada uma ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico contra o Prefeito Celso Cota - PMDB -, Zezinho Salete - PR -, candidato a vice de Camello, e Luciano Xavier, proprietário da empresa de engenharia 3T, que presta serviços à Prefeitura daquele Município, do qual Celso Cota é Prefeito, e ao Roque Camello, candidato majoritário do PSDB. O pedido foi entregue ao cartório eleitoral da cidade no sábado. O Promotor Antônio Carlos de Oliveira entrou com uma ação de investigação judicial eleitoral por captação ilícita de sufrágio, compra de voto. As gravações teriam sido feitas por Dan, e o Ministério Público as considerou prova lícita. De acordo com os documentos entregues ao Ministério Público, as conversas teriam sido gravadas nos dias 26 de agosto, na sede do clube de dança Guarani, e no dia 30 de agosto, na casa de Luciano. Luciano é o empreiteiro da 3T e trabalha para a Prefeitura de Mariana.

"Dan conta que, por orientação dos advogados de sua coligação, resolveu gravar as ofertas de dinheiro que vinha recebendo em troca de apoio eleitoral." Apoio eleitoral ao candidato do Celso Cota, Prefeito e Presidente da AMM, Roque Camello. "O valor seria pago em três vezes pelo empreiteiro Luciano Xavier. Dan teria recebido a primeira parcela em um cheque da esposa de Luciano. O advogado Ernani Henrique solicitou ao TRE a presença da Polícia Federal durante a campanha eleitoral de Mariana."

Lerei agora o trecho da reunião gravada pelo Sr. Dan. Alguém diz: "Amanhã eu lhe passo de R\$3.000,00 a R\$7.000,00, no máximo". Dan: "No mínimo, R\$10.000,00." O interlocutor: "Não. Aí não dá. No máximo R\$7.000,00". "Celso Cota, Prefeito e Presidente da AMM: 'No dia na reunião, você mata uns frangos para nós lá'. "Luciano: 'Tem de ser flexível. Os dois Vereadores de vocês levou (sic) R\$2.500,00 cada um... Você não pode colocar a faca no meu pescoço, que você me arrebeta'." Tiveram outra reunião 40 minutos depois. "Luciano: 'Aqui eu vou lhe dar um cheque, tem problema?'" "Dan: 'Tem não, põe o seu nome aí também, vai!'" "Luciano: 'Que é isso? O cheque é da minha mulher.'" Aqui está o cheque de R\$5.000,00, escrito pela esposa do empreiteiro da Prefeitura de Mariana. Essa é uma Prefeitura riquíssima, com orçamento de milhões e milhões e está agora com mais esse problema.

Vale ressaltar que não foi a primeira vez que a coligação apoiada por Celso Cota, Prefeito e Presidente da AMM, praticou atos de compra de eleitores. No último dia 15 de agosto, o Dr. Paulo Roberto Silva, Juiz Eleitoral de Mariana, cassou o registro da candidatura do Sr. Roque, candidato a Prefeito desse Município, por aliciamento de funcionários públicos municipais, com ameaças de que, se não votassem na chapa apoiada pelo atual Prefeito, seriam demitidos. Houve a cassação em Mariana, e o processo aguarda sentença do TRE, em Belo Horizonte. E agora o fato ocorreu novamente. Esclareço aos nobres parlamentares que o Dr. Antônio Carlos de Oliveira, Promotor Eleitoral, fez um termo de representação contra o candidato a Prefeito Roque Camello, contra o atual Prefeito Celso Cota e contra Luciano Xavier, dono da Empreiteira 3T, que presta serviço para a Prefeitura Municipal de Mariana.

Pasmem, nobres Deputados e Deputadas. Hoje pela manhã o Sr. Prefeito Celso Cota, Presidente da AMM, mandou comprar todos os jornais "O Tempo" nas bancas de jornais de Mariana, para que os seus eleitores, os marianenses, não soubessem do fato ocorrido. E ainda teve a cara-de-pau de ir à rádio local, que, segundo informações, é de sua propriedade - não tenho certeza, mas as informações são essas -, dizendo mentiras e desmentindo a acusação.

O Promotor Público, em seguida, foi à mesma rádio falar das mentiras que o nobre Prefeito disse. Gostaria de demonstrar aqui a minha preocupação com o teor dessa matéria jornalística, atentando para alguns fatos. O Prefeito Celso Cota, além de Prefeito Municipal de Mariana, aquela rica cidade, com milhões de reais no orçamento todos os anos, é o Presidente - agora está fazendo quatro anos - da Associação Mineira de Municípios - AMM -, o que é extremamente grave, pois o cargo exercido é incompatível com ações desse porte. É de suma importância que o povo de Mariana acompanhe de perto as investigações. Estamos em processo eleitoral para escolha do novo Prefeito, e a denúncia de compra de votos praticada pelo candidato Roque Camelo, já pela segunda vez, tem que ser apurada a fundo pelo Juiz e os Promotores Eleitorais.

Por fim, solicito aos nobres Deputados e Deputadas que ajudem a acompanhar todas essas denúncias, para que o processo eleitoral em Mariana, bem como o de todas as cidades de nossa Minas Gerais, seja transparente e lícito. Devo esclarecer a todos que Mariana é uma cidade histórica, tradicional em Minas Gerais, e merece, realmente, que tudo seja feito às claras e de forma organizada, para que vença realmente aquele que a população quer como Prefeito, e não aquele que tem o poder financeiro e o de mando na Prefeitura, atuando da forma como denunciaram o jornal, o Promotor e alguns habitantes do Município. Isso denegrirá a imagem daquela cidade tão tradicional em Minas Gerais. Peço às pessoas de Mariana que acompanhem de perto e de coração o que está acontecendo e tomem a melhor decisão para que a cidade seja entregue a um Prefeito que represente a vontade popular em 5 de outubro. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa\* - Gostaria de saudar a todos e, em especial, o Deputado José Henrique, Presidente em exercício. Gostaria também de parabenizar o Deputado Jayro Lessa por seu pronunciamento e suas preocupações em relação à transparência dos processos eleitorais.

Gostaria de falar aqui sobre a presença do Presidente Lula no Espírito Santo nesta semana. Ele relatou a importância do crescimento do Brasil com a atuação da Petrobras e destacou a descoberta de nossas reservas de petróleo no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. Isso demonstra o comprometimento do governo federal. Existe uma tecnologia bastante avançada para a prospecção do chamado ouro negro aqui no País. Sabemos que o Brasil passa por um momento importante de crescimento e desenvolvimento, e é muito importante sua independência e autonomia em relação à produção, exploração e, em um futuro próximo, exportação do petróleo. Hoje produzimos o suficiente para nosso consumo e estamos trabalhando para exportar esse produto para outros países, o que garantirá ao Brasil sua soberania, independência e autonomia. Assim, poderá até ser visto por outros países de forma diferente da de alguns anos atrás. O Brasil caminha para ser um país mais cidadão e principalmente uma nação com maior autonomia e presença no mundo, fazendo frente aos países no caminho do desenvolvimento. Gostaria de registrar também uma fala muito importante do Presidente Lula em relação à educação. Ele disse que quer trabalhar para que grande parte dos recursos disponíveis hoje, da venda e exploração do petróleo, revertam para duas ações muito importantes neste país para a promoção do desenvolvimento: recursos a mais para a educação e também para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e fazer com que avance, no País, o comprometimento de uma verdadeira nação.

No que se refere à educação, Deputado Padre João, acabamos de assinar o seu compromisso com a Frente Parlamentar, pela educação no campo. O Presidente Lula encontra-se hoje em Belo Horizonte, assinando, com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis deste país, um documento importante, um protocolo em que as empresas vão ajudar na fabricação dos carrinhos movidos a energia elétrica para os nossos catadores, em nível estadual e nacional. Trata-se de um avanço em relação à utilização de uma energia mais limpa. Como estamos falando do petróleo, vamos também registrar esse momento do Presidente Lula aqui, em Belo Horizonte, ao assinar um importante protocolo com as indústrias e as empresas que vão colaborar e contribuir para a construção dos carrinhos movidos a energia elétrica para os catadores.

Gostaria ainda de fazer refletir aqui uma fala do Presidente Lula em relação ao processo de desenvolvimento que passa pela educação, quando ele registra que vai abrir mais universidades neste país e ampliar os Centros Tecnológicos Federais. Será feito um trabalho para que Governador Valadares tenha a sua universidade pública, Deputado Padre João, uma luta na qual estamos há mais de três anos. Trata-se de uma luta nossa, das forças sociais, dos empresários, dos trabalhadores e de todo o Vale do Rio Doce.

Se olharmos a geografia educacional do Estado, essa é uma região onde ainda falta uma universidade pública, uma federal. Então essa é uma luta nossa, do nosso mandato de Deputado Estadual, uma luta dos movimentos sociais, do PT e de vários partidos aliados a essa causa, e uma luta também do Deputado Federal Leonardo Monteiro.

Enfim, é uma construção coletiva. Aliás, hoje já uma bandeira de Governador Valadares e do Vale do Rio Doce: termos a nossa universidade federal, a nossa universidade pública. Continuaremos lutando para que Governador Valadares receba essa universidade, a fim de garantir pesquisa, desenvolvimento e contribuir com uma educação de mais qualidade. Essa fala do Presidente Lula é muito importante para o País. Investir mais em educação, integrar para que o plano de desenvolvimento da educação aconteça em todos os Municípios.

Também ouvi o Presidente Lula dizer a respeito de recursos para combater a pobreza, erradicar as desigualdades, e garantir que a nossa população tenha mais direitos. Enfim, ampliar os direitos sociais. Essa é uma tarefa fundamental do nosso Presidente Lula, e ela deve chegar a todos os Municípios brasileiros por meio dos programas sociais, como o Bolsa-Família; dos programas de qualificação profissional; e dos programas complementares ao Bolsa-Família, que vêm, de fato, garantir emprego, geração de trabalho e renda para a nossa população.

Quero falar ainda mais sobre a educação, que para nós sempre foi uma prioridade, assim como o é hoje para o Presidente Lula, uma prioridade para implementar o Plano de Desenvolvimento da Educação. E isso é também importante para todos os Municípios brasileiros, a fim de se integrarem ao processo de desenvolvimento por que passa o Brasil, pelo qual também deve passar todos os Municípios e o Vale do Rio Doce.

Estamos falando também em relação à rede de educação que está se constituindo no campo. Participei de um grande seminário do Território do Médio Rio Doce, onde foi constituído, ali, um coletivo para se instalar uma rede no Vale do Rio Doce em relação à educação no campo. Trata-se de uma educação diferenciada, voltada para a realidade, para a identidade do campo, onde professores, movimentos sociais, trabalhadores rurais, educadores, estudantes e famílias vão se integrar para construir essa iniciativa nos Municípios.

Está na hora de o Estado ter também essa responsabilidade de preparar uma metodologia própria, com currículos voltados para a realidade do campo. Pode utilizar experiências já existentes, como as Escolas Famílias Agrícolas e outras que já existem em vários Municípios, para garantir que essa experiência possa acontecer em Governador Valadares e em todos os Municípios do Estado.

O Deputado Padre João (em aparte)\* - Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento. Somos sempre testemunhas da sua sensibilidade com as causas sociais, ambientais e com a educação. V. Exa. percebe a importância de uma educação diferenciada para o campo.

O Deputado José Henrique, que preside nossa reunião neste momento, também é conhecedor da experiência exitosa da pedagogia de alternância pelas Escolas Famílias Agrícolas, mas, às vezes, no Legislativo, somos limitados. Por isso precisamos de pessoas de sensibilidade no Executivo, como o Presidente Lula, que duplicou as vagas das universidades federais e, com o Fies e o ProUni, possibilitou às pessoas de baixa renda ter o curso superior. Mas, no Estado, no Executivo, penso que nosso avanço foi muito tímido, porque a educação sobrevive simplesmente

do repasse do Fundeb - em torno de R\$1.300,00 por aluno por ano. Ainda falta comprometimento dos Prefeitos. Nossos Prefeitos têm de estar comprometidos com uma educação diferenciada, devem empenhar-se de verdade.

Ontem, Deputada Elisa Costa, tivemos um lançamento e uma discussão do Plano Safra 2008-2009. O lançamento oficial será feito pelo Ministro Guilherme Cassel na próxima terça-feira. Mas, dentro de toda a discussão do Plano Safra, podemos perceber ainda este grande gargalo que é a educação - Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Parabéns, estou certo de que V. Exa. continuará fazendo um grande bem. No Legislativo, não temos como fazer tanto, mas, no Executivo, podemos servir sempre mais. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa\* - É a educação, Deputado Padre João, que prepara as pessoas para a vida, para suas escolhas, para a cidadania, traz a libertação, enfim, reduz as desigualdades e garante mais justiça social. Educação é fundamental. Temos de ter uma educação diferenciada no campo, nas universidades públicas e federais espalhadas pelo Brasil, por Minas Gerais e na nossa região.

Em Governador Valadares, temos o pólo da Universidade Federal de Minas Gerais, em virtude de uma luta nossa e da cidade. São mais de 300 alunos estudando em seis cursos. No próximo ano, já teremos mais alunos inclusive na sede da educação a distância, no pólo da UFMG. Em fevereiro, começam as aulas no nosso Cefet, na nossa escola técnica federal, que inicia o ensino profissionalizante. Nossos jovens, além de terem uma formação humana e ética, terão também uma formação profissional para ajudá-los a disputar as vagas no mercado de trabalho, a ter melhores salários e mais dignidade. Então, por uma luta nossa e do Deputado Leonardo Quintão, nossa cidade de Governador Valadares terá, no ano que vem, sua escola técnica, nosso Cefet, com um ensino de qualidade e de excelência. Isso é fruto de uma luta também do Presidente Lula. Só em Minas Gerais, teremos 12 Cefets.

Gostaria de registrar também nossa preocupação com as Escolas de Tempo Integral, que fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Educação. Temos de estimular os Municípios a iniciarem as Escolas de Tempo Integral, projeto que tem por objetivo a melhora da qualidade do ensino, do índice de desenvolvimento da educação em cada Município brasileiro, no Município de Valadares e em outros Municípios do Vale do Rio Doce.

Então, a universidade, as escolas técnicas federais, juntamente com as escolas em tempo integral, vão, com certeza, promover a inclusão social tirando das ruas as crianças vítimas de violência, possibilitando que elas tenham um índice de desenvolvimento muito melhor em escola mais prazerosa. A escola em tempo integral deve ser, nos Municípios, um grande programa para ser instalado em todas as regiões da nossa Minas Gerais e também em nossa Governador Valadares.

Faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação a construção de novas creches e a melhora da qualidade da educação infantil, entre elas as creches de crianças de até 3 anos, bem como a educação infantil para criança até 6 anos. O objetivo é ter mais vagas, mais qualidade para nossas crianças, assim como a garantia de que as mães tenham mais segurança, o direito ao trabalho e a tranquilidade de deixar as suas crianças numa escola de qualidade. Então, abrir novas vagas para a educação infantil com novos recursos federais no governo do Presidente Lula são iniciativas que devem fazer parte dos Municípios para garantir vagas e que as mães, as mulheres trabalhadoras tenham acesso ao mercado de trabalho, bem como a tranquilidade de que seus filhos estarão numa escola com uma educação infantil de qualidade.

Então, a educação do Plano de Desenvolvimento de Educação do Presidente Lula, de mais de 28 ações, integra a educação, desde as creches à educação infantil, ao ensino fundamental, ao médio, principalmente ao profissionalizante, chegando até às nossas universidades públicas e federais. O momento é de desenvolver. As cidades devem-se integrar nesse processo para a educação. Se queremos gerar empregos para os trabalhadores, para as mães, para as famílias, para a juventude e abrir oportunidades, o caminho é, além de estimular por meio da expansão do nível de emprego nesse País, a expansão nos diversos Municípios, devemos investir na educação, que abre oportunidades e prepara os nossos trabalhadores para o mercado de trabalho, para a expansão da indústria e do comércio e das demais empresas. É isso o que queremos para todo o Vale do Rio Doce e para Minas. Para Governador Valadares, queremos mais geração de emprego, mais oportunidade para a juventude, mais espaços para os nossos trabalhadores, principalmente por meio das empresas em expansão, das que já existem, além das que virão, gerando principalmente a oportunidade desse mercado de trabalho de ser disputado por meio da formação profissional, do preparo e da qualificação das pessoas. Então, precisamos cuidar das pessoas e desenvolvê-las pela educação.

Fica aqui o registro da nossa preocupação e do nosso compromisso com a educação, com o meio ambiente, com as pessoas, com a geração do trabalho e renda, com a segurança, com o direito à saúde, enfim, com os direitos sociais básicos.

Parabenizo Minas Gerais, que, mais uma vez, recebe aqui na tarde deste dia de hoje o nosso Presidente Lula, que vem para uma tarefa muito importante: reconhecer o Movimento Nacional dos Catadores de Papel, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, o fórum estadual, bem como os fóruns municipais. Isso garantirá que os nossos catadores tenham mais dignidade, mais renda e a sua inclusão social como cidadãos, como ambientalistas, como pessoas que efetivamente estão presentes na luta por melhores salários e por mais dignidade. Haverá implantação de uma nova tecnologia, com os seus carrinhos movidos à energia elétrica. Que essa seja uma experiência não somente de Minas, mas também de todo o Brasil. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/9/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Lais Corrêa Machado Santiago do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

exonerando Maria Zilah Campos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

exonerando Mônica dos Anjos Brito do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Maria Zilah Campos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Mônica dos Anjos Brito para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

nomeando Silfarnei Geraldo de Moraes para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

nomeando Marli Rodrigues Duarte para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Viana

exonerando, a partir de 5/9/08, Áurea Dias dos Santos Ribeiro do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/9/08, Bráulio Henrique Dias Viana do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/9/08, Reginalda Luciana Dias Macedo do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

exonerando Dilsa Sidia Silva Aguiar do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando João Anacleto dos Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando Palowa Maria de Assis Mendes e Faria do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Dilsa Sidia Silva Aguiar para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando João Anacleto dos Santos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

nomeando Ricardo William Serafim Barbosa para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Sirlene das Dores de Lima para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 19/9/2008, às 11 horas, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço mensal, tendo como finalidade a contratação de empresa para prestação de serviços de hangaragem de uma aeronave Xingu.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, de 8h30min a 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, por meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 8 de setembro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais-Fiemg. Objeto: intercâmbio de informações e dados relacionados ao desenvolvimento econômico-social do Estado de Minas Gerais e ao acompanhamento de tramitação de proposições na ALMG. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação e indicação do gestor. Vigência: 12 meses a partir de 6/3/2008.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Jardins Comércio de Plantas Ltda. Objeto: execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica do sistema de irrigação automatizada das áreas verdes do entorno do Palácio da Inconfidência, com fornecimento de peças e componentes, prestação de serviços de jardinagem nas dependências da ALMG, incluindo o fornecimento de defensivos, adubos, terra e espécies vegetais e revitalização dos jardins do Palácio da Inconfidência. Dotação orçamentária: 33.90.39. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura e prorrogável na forma da lei. Licitação: Pregão Eletrônico nº 50/2008.